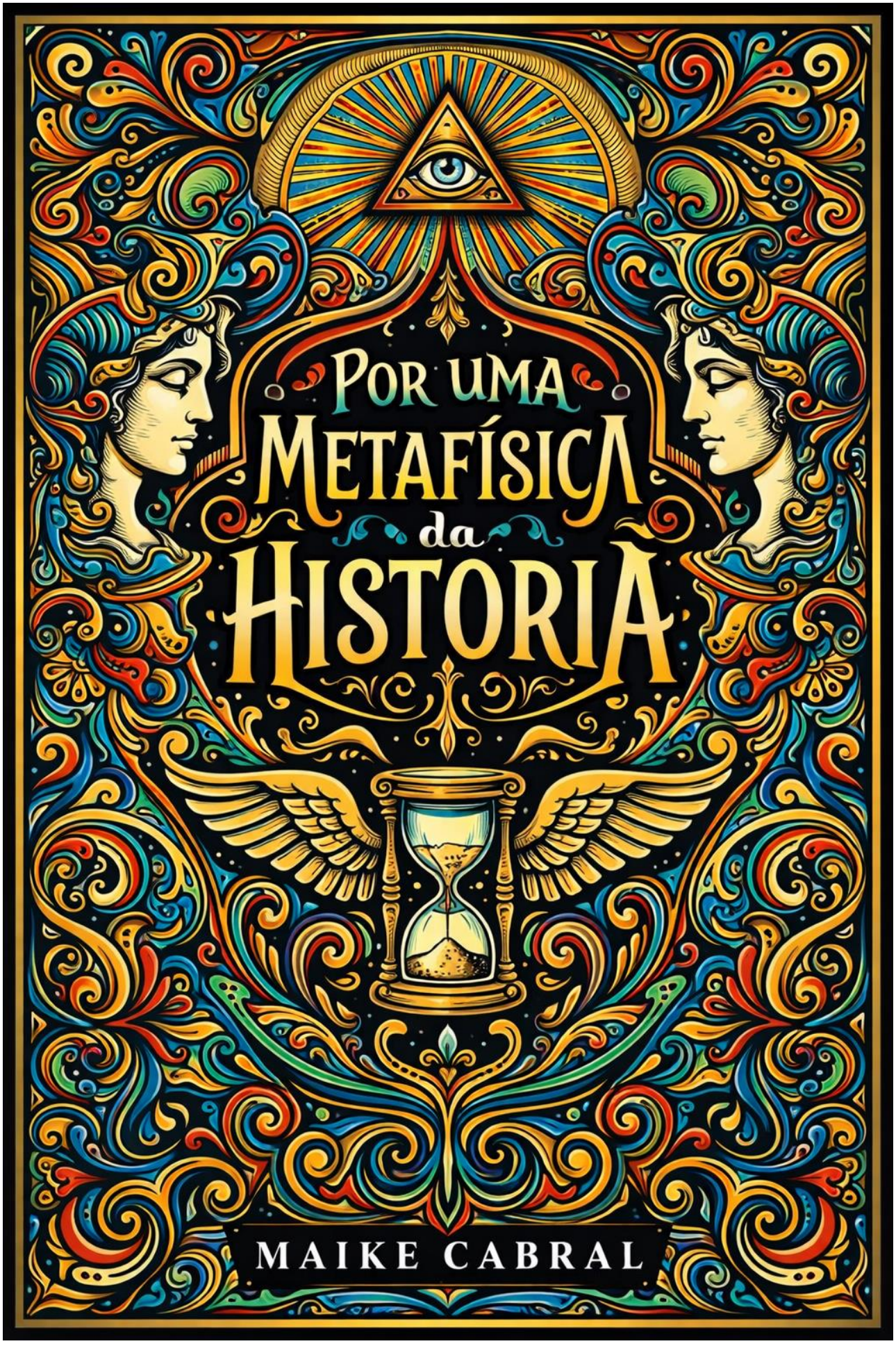
POR UMA
METAFÍSICA
da
HISTORIA
MAIKE CABRAL

Por Uma Metafísica da História

Maike Cabral

2022

A forma do acontecer

A história, como teodicéia do humano, é delineada pelos miseráveis em seus efêmeros percursos existenciais; relatada por doutos em seus comentários eruditos; e impulsionada pelo eterno em sua transcendencia de limites em relação a qualquer período temporal. Tendo em conta a impossibilidade de concebê-la desprovida do arrebatar do eterno - e do intuito inverossímel de seu sujeito, o pobre homem - é imprescindível desviar-se daqueles que almejam transformá-la em uma divindade criada pela astúcia humana quando, na realidade, ela é um modo engendrado por Deus para que esta própria astúcia vitupéria possa compreender (e exercer!) a senda de sua realização intrínseca, sobreposta à esfera meramente terrena.

Alguns ousam proferir que a história, em sua magnanimidade, será capaz de eximir os transgressores, os déspotas e os lacaios do *diabo* de seus nefastos atos dissipando suas culpas e depurarando seus erros. Porém, tal asseveração não passa de um ardil retórico e egofânico de péssima qualidade. O perigo iminente que se envolve em opiniões de tal estirpe é que, além de exibirem um brilho e perfume quase poéticos - que atraem incautos navegantes rumo ao abismo de um oceano agitado e ocre -, carregam em si o fato de se tornarem excessivamente populares e desprovidas de consciência minimamente crítica. Portanto, o escopo almejado nesta humilde incursão é efetuar um empenho reverente diametralmente oposto à tendência expressa nas linhas precedentes: não considerar a história como uma entidade messiânica e redentora em si mesma, mas, ao contrário, reconhecê-la como aquilo que de fato é: uma manifestação simbólica da vivência dos diversos períodos e movimentos introjetados pelo Eterno na alma impressionável!

Indubitavelmente, é na esfera íntima da psique humana que se realiza e se amalgama a síntese imagética denominada *história*, fundindo-se

intrinsecamente ao próprio substrato de sua concepção em vista de uma consonância com a vida da autêntica entidade messiânica e redentora que a governa, conduz e determina seu propósito - bem como todo e qualquer veredito relativo aos atos, culpas e equívocos pessoais que se desenrolam em seu âmbito. Dessarte, a história se configura como um sulco profundo entre o interior do homem e sua realidade externa, uma incisão em seu âmago que não lhe pertence inteiramente, pois, apesar de ser administrada por dentro, extrai seu significado pleno de fora, de uma esfera que se estende, sobretudo, para além da mera existência espaço-temporal.

É precisamente por esta razão que nos vemos compelidos a considerar a noção de "história da humanidade" como algo nebuloso e de marcante relevância. Uma concepção que só pode ser abordada seriamente ao se levar em consideração a possibilidade de uma continuidade de natureza supratemporal - não meramente biológica e natural, como as escolas historiográficas convencionais propõem. Sob essa perspectiva, podemos atribuir ao elemento fundamental de continuidade histórica o caráter de uma *ruptura na trama do tempo*, de um fulcro por meio do qual a eternidade une suas múltiplas movimentações temporais em um único *ente humano*, em uma única expressão universal de nossa natureza histórica - que abrange tanto o sentido como o propósito; tanto no âmbito individual como o coletivo; tanto em seu fluxo natural como para além dele. Em suma: uma *História Pessoal* intencional teve de ser vivida históricamente por Deus para que a nossa própria história pessoal, finalmente, ganhasse sentido.

É por isso que dentre todas as possíveis construções historiográficas destaca-se aquela que genuinamente ostenta relevância suprema - a história pessoal - cuja existência se entrelaça à ação intencional da alma. É nesse reino que vivenciamos, em um único fragmento temporal, a imensidão abrangente da eternidade projetada ao longo do tempo. A história da alma,

assim encarada, revela-se como o elo que entrelaça o eterno e o temporal em uma espécie de transfiguração consciente, progressivamente aprimorada e transparente, apta a unificar de forma aproximada a relação entre a ação individual e as formas de continuidade que prevalecem na no tecido da temporalidade. É nela que o *acontecer* se apresenta, não como dado, mas como princípio.

Não por mera coincidência, o desfecho da história reside em seu ápice; o ápice encontra-se em seu princípio; e o princípio, habita no desenlace. Quem permearia todos os domínios? Aquele desprovido de início, meio e fim, o Ser supremo que nos impulsiona e conduz a própria história; que redige o enredo em uma ordem transcendente ao tempo atribuindo-nos a responsabilidade participativa e voluntária, de certo modo, co-criação de nossos próprios roteiros em nossas circunstâncias particulares, pois, somente assim, quando o termo "fim" for outorgado à história, nossos atos - e não nossas circunstâncias - servirão de matéria para o julgamento. Entretanto, não há ato sem seu contexto circunstancial.

O julgamento representa a morte da história, o inverno da história pessoal e a fase na qual a alma, acuada pelo clamor de circunstâncias exaustivas, consome suas forças na esperança de encontrar um fulgor eterno do qual ressucitará de sua morte preliminar. Existe, deveras, este tempo gélido em que a aparência de morte oculta uma vitalidade íntegra, e é na sucessão dos eventos, dos acontecimentos no fluxo temporal que os seres humanos trilham seus caminhos em narrativas destinadas ao eterno, pois cada *acontecimento* é um modo de percepção do *acontecer*.

A *História Formal* é um instrumento imagético, produto tardio e imprescindível para que a alma possa atingir seu propósito mais profundo: inserir-se voluntariamente na benevolente ordem da *História Sintética*, mediante esta representação simbólica que emerge da produção de origem artística. A História Formal, mais do que uma ciência, é uma arte, mesmo

que em sua origem etimológica o termo "história" remeta à investigação ou a inquérito. Todavia, em nossa abordagem sintética da história, buscaremos ampliar essa concepção atribuindo-lhe a função de arte, como *forma do acontecer* - considerando a forma como algo intrínseco à matéria disposta pelo par tempo/movimento, substrato por meio do qual forjamos uma imagem interna intrinsecamente discursiva e genuinamente artística. Isso é precisamente o que denominamos "história".

Quando engendramos uma narrativa histórica no panorama mental humano estamos buscando mergulhar na tessitura do acontecer, na tentativa de revelar, o mais meticulosamente possível, o *modus operandi* pelo qual os elementos primordiais se amalgamaram na real conjuntura dos fatos – em suas diversas camadas de significação. Nesse intento, fomentamos uma representação icônica, uma imagética que tangencia de modo aproximado a experiência concreta vivenciada ou transmitida por terceiros acerca dos fatos subjacentes. No entanto, urge elucidar a natureza do que designamos como *fato* no escopo aqui proposto.

Um fato, em nossa sentido, desvela-se como a delimitação perspectiva de uma vastidão complexa de caracteres e dados naturais nos quais estamos imersos e, por conseguinte, condicionados a compreender - sejam eles internos (no âmbito da memória sensível) ou externos (no âmbito da percepção autêntica). O fato em si jamais se encontra dissociado das infinitas interconexões que podem surgir de seu entendimento. Contudo, é precisamente quando ele se converte em uma entidade aparentemente insignificante - no processo de separação, fragmentação e distinção feito pela mente - que nos é facultado o poder de moldá-lo e reconfigurá-lo em forma de pensamento histórico. E dentre toda a miríade de fatos, um deles se destaca por sua completa e total singularidade.

Este fato singularíssimo, que chamaremos *o rasgo no tecido do*

tempo, ou, o rompimento inegável da trama temporal por parte da incursão direta da eternidade, revela-se como o ônus de nossa história, o sentido final onde podemos repousar pelo sacrifício implacável de seu sangue inocente. Cada indivíduo subsiste imerso em sua narrativa intrínseca, tecida com elementos concretos que estão para além da mera articulação verbal, embora sejam formalizados por uma espécie de alquimia da mente, que denominamos *forma do acontecer*. Essa narrativa, transcendendo todas as tentativas humanas de uma descrição exaustiva e precisa é, em sua essência, a própria reverberação possível da *Palavra Eterna* em ação a partir de cada evento, como se fosse um pensamento que ganhasse vida em nós justamente porque, dentre todas as ocorrências entrelaçadas no fluxo temporal, *o rasgo* se revelou como cerne; desfecho decisivo; enlace irremediável: a encarnação e derramamento do sangue inocente da divindade, imanentemente situado no epicentro da trama da história universal, deificou o processo pelo qual extraimos do *acontecer* uma cópia temporal da visão eterna.

Indubitavelmente, ao longo de todas as eras e em suas múltiplas configurações, alguma parcela desse vertimento de sangue foi retratada como um fragmento, um símbolo ou, quiçá, uma paródia luminescente dentro dos domínios mitológicos. No entanto, apenas um foi e apenas um será esse derramamento primordial na engrenagem geral da história, em face do qual todas as demais manifestações apenas se convertem em meras alusões esmaecidas ou reflexos pálidos de sua grandeza intrínseca. O singularíssimo sacrifício do Homem-Deus é uma forma narrativa única, encarnacional, a quintessência de qualquer possibilidade histórica. Esta é a *História Real* mediante a qual toda e qualquer outra narrativa não tem nada a oferecer – somente a receber. Portanto, antes do *rasgo no tecido do tempo*, toda *forma do acontecer* era antitética, e não sintética.

Como seres desprovidos de existência intrínseca, se não fosse por

esta benevolente efusão plasmática destinada a nosso favor, toda narrativa individual carregaria consigo um ônus inalienável, tanto no tocante ao sacrifício teândrico quanto às suas efêmeras figuras que se desdobraram ao longo de tempos imemoriais. Isto recai sobre nossas cabeças como dívida, preço. E esse preço, longe de ser mero adendo entre tantos outros, deve ser valorizado como essência vital, já que dele provém nosso nascimento; nossa morte; e nossa ressurreição dentro de um outro panorama, uma outra malha de compreensão e ação. É mediante nossas ações pessoais, a partir deste fato primordial, que configuramos nosso destino ao fluido vital que nos perpassa sem percebermos, como brotos de uma videira histórica que somos.

Surge, então, o questionamento inevitável: quantas "existências fáticas" um indivíduo pode percorrer sem adentrar nos domínios de sua própria narrativa? A resposta é uma só: uma, pois assim como o evento teândrico e a vida são singulares, a história que os acompanha também o é. Embora seja composta por um mosaico infindável de acontecimentos dados à *forma do acontecer*, isto é, por sucessivas sequências particulares disponíveis à apreensão humana, jamais podemos afirmar que essa única vida - ou história - seja meramente a soma de todas elas. Isso se deve ao fato de que individualmente essas partes não possuem a qualidade de segmentos autônomos, mas sim, de fases distintas da mesma substância que, ao serem vivenciadas, podem conferir-nos uma *forma sintética* da qual antes estavam destituídas - ao menos no âmbito humano do processo histórico.

Nesse sentido, proclamar as "múltiplas vidas de um homem" torna-se meramente uma expressão poética que alude aos diferentes momentos vividos e imortalizados na única história que efetivamente existe. E é precisamente essa história singular que ele deve revisitar o tempo todo, afim de dotá-la de uma certa urgência, para que jamais se confunda o

aspecto subjetivo da história pessoal com a era histórica em que nos encontramos - mas sim, com o fato inescapável de que em breve estaremos mortos e alheios a qualquer período. Um homem assim, *revisitador*, seria um mero indivíduo acomodado ao seu tempo ou um visionário cego à frente de sua época? Seria ele um homem obsoleto, ou um audaz desbravador do porvir? Diante de nós se delineiam tais opções de que nos apresentam uma faceta desgastada do pretérito inerte, ou a resplandecente moldura de um perfil perspicaz do vindouro cândido. Tais escolhas, por mais óbvias e decisivas que sejam, revelam-se insípidas, pois o intervalo efêmero em que nos encontramos ligados ao tempo não passa de uma amplidão do eterno instante onde somos imutavelmente enraizados, desde a corrente do acontecer, até a realização suprema da vida. Por isso, a *forma do acontecer* é a visão dramática e representativa que nos mantém na realidade.

Na era atual, o ser humano é levado, a duras penas, a se ver diante do dilema de optar entre ser uma peça encaixada num intricado quebra-cabeça contemporâneo, ou, se tornar um mero quadro esquálido de um mundo árido e desolado em forma de passado. Essa ansiada "historicidade" exige um enredo fantasioso capaz de sobrepor-se à verdadeira e crucial peça em curso. O anseio pelo inédito finge reintroduzir o mistério na aurora infantil dos diversos clérigos do acaso, quando na verdade, reduz tudo à obscuridade. Não é tarefa fácil reter a visão do sofrimento que se avizinha...

Recorda-te, ó homem, de que não te limitas a épocas ou períodos específicos, mas estás sujeito aos grilhões do século que jamais chega ao fim!

Essa recordação é agrilhoada devido ao fato de que em nossa história pessoal os resquícios de revolta se ocultam nas profundezas inexploradas da alma. É precisamente nesses recônditos que o mal age em

sigilo, sussurrando sua trama esquiva e infalível que nos impõe a noção de que somos juízes de nós mesmos e dos eventos históricos. A revolta é o alicerce deste fenomeno e das narrativas mal construídas, e é por meio delas que nos lançamos ao mundo com uma dívida tão elevada que o preço pago por ela se revela misteriosamente. Por essa razão, consideramos a *linha* mais afinada com a história do que o *círculo*, pois através dela não há retorno, não há recuo, não há estagnação: tal é a condição humana - a progressão incessante que parte do evento singularíssimo e formativo de todo o acontecer.

Aquele que se entrega a infindáveis reviravoltas está irremediavelmente desorientado, enquanto aquele que trilha um caminho reto permanece vigilante. Assim, a história se define ou por uma ou por outra concepção, não existindo uma reconciliação plena entre ambas, apenas assimilação. A retidão da consciência histórica abarca e transcende os ciclos naturais e voláteis da alma, dando a ela uma consistencia compatível com o principio formativo de cada acontecimento, que é o proprio principio do acontecer. É por esse motivo que a revolução será sempre um projétil abstrato apontado para nossas nucas, jamais consumando plenamente seu desígnio de ressuscitar qualquer “era dourada” escodida nos recônditos do tempo. Somente a retidão pode insuflar o "novo" no fluir dos eventos, muitas vezes, por meio do "antigo" já ocorrido. A antiga novidade que renova todas as coisas.

Para obtermos uma grandiosa concepção da existência temporal devemos antes estabelecer que o princípio de qualquer acontecimento reside num elemento extratemporal que transcende seu mero processo de desdobramento. É uma narrativa sublime transfigurada em trajetória imortalizadora, em marcha inabalável do homem em direção ao além. Assim, ergue-se uma transmutação que abraça o próprio âmago do mundo. E o desfecho desse intricado percurso culmina na transfiguração do universo na

glória divina e imperecível.

Entretanto, cumpre salientar que a história universal transcende a mera sequência linear de eventos que se desdobram temporalmente. A história universal é a história de um homem especial. Em seu intrincado emaranhado, desvelam-se profundas tramas de significado e uma multiplicidade inesgotável de pontos de convergência nos quais sua complexa estrutura é meticulosamente forjada. E onde reside esse cenário propício para tal configuração? Na esfera da consciência humana, local onde emerge um símbolo formal aproximativo daquilo a que denominamos de *História Sintética*. É nesse processo que a mente humana compõe uma narrativa que tenta abarcar tanto o fenomeno da existencia coletiva como a essencia da experiencia individual, estabelecendo, assim, uma compreensão adequada da trama em que participa passiva e ativamente, seu *símbolo formal sintético orientador* – sua história.

O tempo puramente histórico por si só revela-se como uma sucessão vazia e destituída de valor intrínseco e significado. Nesse vácuo temporal aflora uma das raízes do desespero que permeia a era moderna. A verdadeira dinâmica temporal, contudo, encontra-se imersa na constante tensão da consciência humana que, inquisitiva por natureza, almeja desvelar os alicerces estáveis e imprescindíveis que sustentam o mundo ao seu redor. Este foi o *fiat* de onde brotou a ciência histórica.

Quando nos debruçamos sobre os estudos da Grécia clássica, útero da história enquanto método, vislumbramos um contexto em que os conceitos de "homem" e "humanidade" assumiam uma conotação distinta daquela que atualmente lhes atribuímos. Eles eram simplesmente concebidos em contraposição ao domínio do divino. Essas ideias eram revestidas de uma solenidade tão imponente, tão oposta à barbárie, à ignorância e à irracionalidade animal, que só poderiam ser avaliadas

mediante a ótica das figuras divinas. Nesse sentido, a arte helênica empreendia incansáveis esforços para representar seres humanos perfeitos, assemelhados aos próprios deuses, numa busca onirica por semelhança - que não se erigia como um ideal, mas sim, como uma inocente suspeita a qual acabou por encontrar confirmação no epicentro e zênite da história: a sua efetiva divinização materializada, ao rasgo no tecido do tempo.

Diante de todas as possibilidades históricas afigura-se perante nós o homem, ser inquiridor, que de modo inato anseia por alcançar uma condição duradoura de bem-aventurança. Em todos os tempos e sob as mais diversas manifestações ele se encontra, entrelaçado na trama temporal e imbuído de uma busca ávida por um alicerce sólido e indispensável, em suma, por seu desígnio existencial, enfrentando adversidades, travando batalhas como se um colosso intransponível obstruísse o encontro com o derradeiro e sublime significado - aquele estado de felicidade eterna e imorredoura. Todavia, a lápide sepulcral de sua história já foi removida! E, no entanto, o homem parece ter relegado ao olvido essa veracidade em sua trajetória histórica.

A história como testemunho vivo do esplendor da criação encontra sua origem nas mãos divinas, quando o Criador em seu inefável ato de concepção deu a luz ao mundoe tudo o que nele acontece. E, dentre todas as criaturas, foi conferida a um ser singular a capacidade sublime de desvelar os três véus que envolvem a existência no *continuum* temporal: o "quem" desvenda o artífice primordial; o "como" penetra nas entranhas do processo criativo; e o "porque" revela seus desígnios mais profundos. Assim, a história se ergue majestosamente como o que é: um veículo propício ao maravilhamento suscitado pela criação, um instrumento divinamente concebido para o conhecimento transcendente da obra de *Deus* todo poderoso, de seu *Verbo* inefável e de sua infinita *Bondade*.

Diante de tal realidade devemos ter, obviamente, uma postura correta. Caridade, suplica e mortificação: tríade sagrada para percorrer o efêmero fluxo temporal da história, tríplice dinamismo que nutre a biografia virtuosa. Peregrinamos por esse terreno com uma visão rebaixada e aviltada diante da expectativa de elevado âmbito que nos foi imposta, resultando na confusão entre os planos que se entrelaçam harmoniosamente. Contudo, foi-nos agraciado tempos sacrossantos, tempos dentro do próprio tempo para melhor cumprir essas obrigações que, deveras, não logramos – e deveríamos! – plenamente ao longo da existência como um todo. Como diziam os santos padres, o tempo de uma vida assemelha-se aos quarenta dias quaresmais nos quais alçamos a graça de viver uma trajetória com propósito, afim de purificá-la para compreendê-la integralmente.

O tempo como derradeira tessitura da existência não se limita aos marcos delimitados pelo histórico, ou a alguns momentos fugazes diferenciados, pois o tempo é inconstância e inapreensão. Se não fosse por sua efemeridade, ele seria a eternidade. Contudo, mesmo sendo o breve elo entre realidades ausentes o tempo não se resume ao instante efêmero, pois cada instante é único e não se repete. Assim, a fugacidade que permeia todos os seres é a própria essência de nosso tempo errante. Por isso não consideramos a morte uma interrupção do tempo, mas antes, um agente interno a ele que o torna mais translúcido. Nisso reside a peculiaridade temporal, pois na teia do tempo, a morte se manifesta naturalmente como a vida sorrateiramente movente. Essa constatação fortalece a noção de que a história é um domínio imbuído de uma tipologia característica onde indivíduos e eventos não existem isoladamente, mas sim como participantes relacionáveis e significativos dentro de um enigma que transcende suas próprias limitações físicas, temporais e, portanto, históricas.

A imensa tapeçaria do acontecer universal desdobra-se diante de

nós, revelando-se como uma obra-prima em constante evolução. Cada fio entrelaçado nessa vasta trama carrega em si a essência de uma criação progressiva, impulsionando-se incessantemente em direção a um ponto culminante e transcendente que se estende além dos limites da esfera particular em que se insere. É nesse fluir incessante que testemunhamos a gênese de novos acontecimentos; a ascensão rumo ao ápice mais sublime; e a chegada inevitável a um termo que, embora nos escape em sua totalidade, abraça-nos com seu mistério insondável.

A história, nesse contexto, revela-se como um fenômeno dotado de essênciasobrenatural que transcende as limitações da compreensão humana. Sua natureza complexa e multifacetada desafia nossa capacidade de apreendê-la plenamente, permitindo-nos apenas vislumbrar indiretamente sua grandiosidade através da criação fabulosa da mente humana. É nesse enigma que nos lançamos em busca de respostas, explorando os enredos entrelaçados de eventos passados, presentes e futuros, em uma tentativa constante de desvendar os mistérios dessa realidade perene que é a história.

A história se configura como a moldura do transcurso dos acontecimentos na esfera da consciência humana, a forma do acontecer que confere-lhes uma dimensão além de sua mera “brutalidade” factual. Nessa perspectiva, o ser humano assume o papel de cocriador das maravilhas urdidas por Deus desde tempos imemoriais em uma sinfonia que se desdobra ao longo dos séculos - e perpetua-se para além deles.

A Fundação Do Mundo

Antes de todas as eras primordiais, refulgia o *Ser Real* em seu esplendor intrínseco, existindo em si mesmo, completo e autossuficiente, desprovido de qualquer necessidade de transposição. A noção de transposição era inexistente, não existia sequer a possibilidade de tal feito, senão pela vontade do *Ser Real*. No entanto, impelido pelo desígnio supremo do amor, a realidade foi concebida por esta essência, emergindo como uma manifestação divina no tempo, acercando os limites da eternidade.

A génese da possibilidade de transposição, inerente à manifestação divina, surgiu pelo amor, e a partir disto houve a instauração de um domínio participativo: o *mundo*, uma manifestação efetiva decorrente desta potencialidade. Por meio de tal influxo de realidade, os diversos entes criados encontraram-se inseridos em uma esfera onde suas existências se transpareceram em interação, permitindo a concretização da própria essência da criação.

Deste modo, a confluência entre a transposição viável e a transposição ativa se amalgamam para constituir, de forma inequívoca, o que nós, dotados de sabedoria, rotulamos como "mundo". Em sua essência, encontre-se a realidade inquestionável, matriz primordial e propulsora de todas as contingências e efetividades singularmente manifestas.

A existência mesma do mundo repousa sobre a premissa inviolável da *transposição*, pois sem essa possibilidade, sua própria configuração seria destituída de atualidade. Esta possibilidade, por sua vez, é resultado direto da ação concreta do *Ser Real*, que em sua livre iniciativa criadora, engendra o caminho para além de si mesmo. Além disso, a faculdade de contemplação só se tornaria factível pela permissividade do *Ser Real* que,

em sua magnitude, possibilita a transposição do não-ser para o ser.

Revela-se, assim, a nossa essência fractal, intrincadamente entrelaçada com a trama da realidade primordial. Os destinos entrelaçados do mundo e da humanidade, os seres imersos no tecido temporal, encontram-se inextricavelmente ligados à matriz do *Ser Real*, como se fôssemos desvelados como coelhos emergindo da cartola daquela realidade soberana e inatingível. É nesse envolvimento mútuo, nessa coreografia cósmica, que encontramos nossa origem e propósito.

Na sinfonia cósmica, o homem se revela como uma entidade apta a transcender seu próprio âmbito individual, pois ele incorpora e é incorporado por todas as manifestações que permeiam o universo. Assim, ele se torna o próprio microcosmo do mundo, à medida que cada entidade, em seu movimento intrínseco, reflete sua essência e participa de sua natureza. Em uma intrincada teia de interdependência, o homem e o mundo se entrelaçam, configurando uma dança sublime de trocas e influências mútuas.

No livro "A Filosofia na Idade Média", *Etienne Gilson* apresenta a perspectiva medieval de *Honório de Autun*, que concebe o mundo como uma esfera em movimento constante. Nessa concepção, o termo "mundo" remete à ideia de um deslocamento constante, alcançado ao rolamento de uma esfera impulsionada por uma força exterior. Essa esfera se assemelha a um ovo, que contém em seu interior uma gema na qual os elementos aéreos e vapores flutuantes são envolvidos pela clara, que simboliza o éter, e protegidos por uma casca, que representa o céu. Uma perspectiva apresentada sobre o "mundo" revela-se intrigante ao enfatizar a concepção de limitação.

Com efeito, um ovo, por sua natureza, é um exemplo notável de limitação e contenção. Configura-se como um ente circunscrito, cujas

fronteiras delimitam sua existência. De maneira análoga, o “mundo” pode ser entendido como um ente que se distingue pela abrangência de todas as demais entidades, conformando uma organização harmônica dirigida a um propósito determinado em sua limitação. Sua composição revela-se como uma amálgama de elementos seguros, convergindo para uma finalidade maior.

Na medida em que o mundo é resultante de um ato criativo, especialmente o produto de um engenho pensado, inevitavelmente assume a forma de uma *narrativa histórica*, uma vez que incorpora em si mesma uma herança memorativa de suas mudanças em cada novo movimento empreendido. Com efeito, sem tal aspecto memorialístico, o próprio processo do pensamento criativo em sua fluidez se tornaria estagnado, configurando-se como um vazio de ideias - um estado de não-pensamento - imerso na eternidade, desvinculado da temporalidade. Por isso considero a história a alma do mundo.

No ato magnífico de apresentação do mundo, o *Ser Real* engendra um pensamento que transcende a noção de precedência ou simultaneidade com qualquer outra entidade. É por essa razão que podemos afirmar que seu pensamento constitui uma forma de criação, e tal criação, por sua vez, uma entidade distinta e separada de sua essência.

Esse pensamento efetivo, como anteriormente elucidado, emerge no pensamento primordial da possibilidade transpositiva, quando o *Ser Real*, por um ato de vontade inescrutável, determina, estabelece e profere: *serão concebidos seres distintos de minha própria essência*. Nesse momento, desvela-se a magia transcendente! Da potencialidade à manifestação; da manifestação ao movimento perene; do movimento perene à conclusão gloriosa e ao vislumbre da obra completa. Eis o objeto contemplativo dos olhos humanos, que em sua essência quase angelical, provam-se como humildes emanações das pupilas divinas, em seu esplendor diminuto e

majestoso!

Um mundo concebido dessa maneira se revela como um hemisfério imerso na vastidão do olhar, sem fronteiras limitantes, uma visão penetrante na periferia do vazio. O “vazio”, desprovido de realidade, não possui qualquer semelhança com o *Ser Real*, o qual, por sua vez, transcende a própria noção de nulidade. Com efeito, tal conceito se revela como uma ousadia divina, uma armadilha sagrada imposta à doce racionalidade humana, uma vez que o “nada”, em sua inexistência, considera a totalidade da existência, em todos os seus minuciosos detalhes. E nisso, a história prova que o acontecido é irrevogável.

Indubitavelmente, ousamos afirmar que o mundo foi fundado e que ele transcende a efêmera flutuação no vazio abissal, mas ao contrário, repousa com solidez na palma do *Ser Real*. É por essa razão que o mundo é possuído por um fundamento sólido, uma base que se distingue de sua própria essência e que supera a mera ausência deste enigma chamado "nada". O mundo se erige como um baluarte imponente, edificado sobre o desejo infinito do *Ser Real*, cuja vontade inabalável é o alicerce primordial.

Posto isto, é fascinante observar que todo esse fundamento primordial se manifesta diante da mente humana, tão limitada e frágil, como uma ausência aparente envolta em obscuridade e mistério enigmático, como se fosse uma emanação inexistente. Nesse âmbito, adentramos nas astúcias do *Tao*, na busca apofática de perseguir incansavelmente o próprio rastro, numa dança vertiginosa com a própria sombra. Não se desespere, pois o mistério não se encontra oculto, mas sim presente, revelando-se sutilmente nos recônditos da existência.

Podemos encontrar nas palavras de *Agostinho* a assertiva intrincada de que o mundo e o tempo não se precedem, mas sim, conservam uma simultaneidade comum, assemelhando-se ao binômio indissociável de

corpo e alma. É a partir dessa perspectiva da criação em contínua metamorfose, da criação em incessante movimento, que emerge um sentido sutil e profundo nas barreiras insondáveis da trama histórica disposta ao homem.

Conceber o mundo como concomitante ao tempo nos desvela a perspectiva de uma forma última permeando todo o dinamismo e mutabilidade, uma forma que destila seu esplendor na trama da história, porém, sem revelar sua plenitude inabarcável. Todavia, tal forma só pode ser instaurada por uma consciência que, além de testemunhar todos os eventos, abarque sua totalidade íntegra. Essa consciência, por sua vez, deve ser eterna, sem princípio ou fim, abarcando o infinito, irradiando bondade em todas as suas facetas e destilando a máxima felicidade sem deixar espaço para qualquer vácuo.

Somente nessa consciência reside a existência, a vida, a memória, pois ela é, em sua essência, o substrato primordial de tudo: o fundamento inexorável do mundo, do tempo e de sua inenarrável narrativa divina chamada *História*.

A História é o Homem

Nos confins do passado, nada tinha forma tão perfeita como quando da presença do homem. As coisas tinham forma, mas inacabada, imperfeita. Não eram ainda coisas "plenamente reais". Eram "coisas a se conhecer". O homem foi como que uma lente que atribuiu valor cognitivo atual aos objetos que o precederam no mundo, não como um Deus - embora enviado por ele -, mas como um privilegiado executor. E tal privilégio o fez jogar com o destino.

A controvérsia acerca da idade do universo em suas múltiplas transformações é parte autêntica deste jogo. Quando contraposta a uma alegoria criacionista, a controvérsia da idade se mostra como um mero jogo de espelhos que nada mais faz do que confundir o ouvinte em seus próprios lógicos. Afinal, quem esteve lá senão o próprio Deus e seus anjos? Ninguém. Pelo menos ninguém humano. É por isto que os grãos infinitesimais de carbono nos atam a consciência - e seduzem o olhar!

A tese do homem como peça esculpida por alguma força impessoal e evolutiva, amparada em tal controvérsia, se tornou ponto pacífico na mentalidade dos pensadores pós-mecânicos. E por qual razão? Pela devoção aos indícios metamórficos encontrados nos elementos base da natureza. O homem crê dominá-los pelo conhecimento que tem deles como quem domina as próprias calças encintando-as. Mas o que o homem não crê é que a própria cinta em que confia é tão frouxa quanto a justeza de suas calças - que poderia lhe caber perfeitamente sem este auxílio "técnico".

E o que isto quer dizer, afinal? Algo muito simples: que o homem anseia e procura uma alternativa veraz entre a gênese universal e o atual estado de coisas sem remeter sua visão ao "quem" buscador desta faixa temporal - pois seu fim lhe parece sempre desconhecido, portanto, inóspito

e inalcançável. No "entre", ele se compraz e desliza com seu aparato pensante e suas máquinas calculadoras até esmerilhar toda a crosta obtusa que veda a visão origem, logo, aquilo que considera a resposta definitiva para todas as dúvidas e incompreensões - pois sem a noção do “fim” a própria origem automaticamente se torna obsoleta e fantasiosa.

É uma bela ilusão, concordo. Mas o fato de este homem *categórico* e *mecânico* não supor um elemento acima daquilo que ele mesmo se debruça - e corre -, ou seja, a carapaça

fúnebre de si mesmo, o move contraditoriamente à direção do véu negro, mórbido e cavernoso das priscas eras, lhe sugerindo um parentesco insólito com o simiesco.

Não sabemos ao certo o que houve antes da emancipação da consciência humana. Que as coisas estavam lá, parece óbvio; que a consciência destas coisas – pelo menos a humana – não estava presente, é mais ainda. E aqui reside a tentação. Uma tentação doce de se inscrever na linha genética dos elementos mais grosseiros e a ligeira esperança de ascender à malha dos mais sutis. Não sabemos nada sobre isto, embora um mito seja proclamado.

A voz da ciência natural e da cornucópia matemática convidou a História, *mestra da vida*, a um festim sem precedentes. Ofereceram-lhe o Maná dos céus, mas não a dispôs dos pratos e talheres. Resumiram o mundo a uma massa mágica onde um “*super-ser*” se desenvolve, dando à História a oportunidade de se tornar o suprassumo de seus próprios argumentos. E ela caiu na falácia, aceitou a proposta: fez-se concubina. Agora, nada pensamos sobre o tempo passado sem a arque unção dos exumadores de partículas; nada compreendemos sem sua *Torá* da crítica exclusivista; nada queremos que não esteja submetido ao *Corão* de seu coração gelado.

Isto é uma evidência clara e sólida de que perdemos o senso vital da

própria História, de sua raiz fundamental radicada na essência do homem. Tratamo-la como um refrigério do deslize fatal a que fomos impelidos; não rezamos o credo sobrenatural que a compõe desde cedo; sofremos de sua desumanização antes mesmo de sua desdivinização. A História se transformou no argumento perfeito dos patifes desumanizadores.

Assim, a linha do progresso foi entrecortada pela ideia de domínio irrestrito do tempo e da natureza. Este domínio é o que possibilitou a transfusão de referências das antigas artes liberais para as novas ciências experimentais. Isto tornou todo o material genuinamente humano do campo das artes tradicionais desmistificado pelos paralelos austeros da lógica moderna. Isto se disseminou no campo histórico como uma cepa invisível. *Pari passu*, toda elucubração voltada para a especulação pré-histórica tornou o homem prescindível justamente por não o apreciar como medida do próprio tempo passado.

É como se as rochas sobrevivessem ao caos atmosférico resguardando em si a memória do mundo, guardiãs que são dos eventos pré-neolíticos. Nesta *concepção mineral do tempo*, o homem passou a ser *o próprio elo perdido* e não aquele que o deseja encontrar. Procura algo que se perdeu na História, mas não percebe que esse algo é ele mesmo. O vão de passagem entre sua ascensão e sua suposta origem se tornou tão válido que o tempo transmutou-se em objeto substancial, não relação acidental, pela superlatização do macaco que habita em nós.

Independente da interpretação acerca da idade do mundo, das pedras ou dos macacos, sabemos, por razão, que o homem é o ser próprio do tempo. Sim, o ser onde o tempo está erradicado para se erigir como realidade, para se tornar qualitativamente efetivo. Evidentemente, o mundo como coisa bruta e existente também recolhe no homem sua estrutura

ontológica. Sendo assim, qualquer das teorias acerca dessa extensão de tempo prévia ao homem é apenas uma suposição imaginária, jamais uma conclusiva acepção científica ou um dado probante. Neste ponto, o mito é necessário.

Não há nenhum desses "dados" sem homem, pelo menos em sua forma lógica. Ele é o ser que efetiva a presença de fenômenos antes esparsos em adjunções positivas. Qualquer dado passado é mero *numeno histórico*, nunca *fenômeno histórico,* se não houver a mente humana se impondo diante do acontecer por intermédio de sua carne indiciante. Kant que me perdoe, mas o tempo como *coisa em si* é o homem como fenômeno na História.

A indicação é a chave aqui. Algo que a presença do homem incita no mundo e no tempo como uma validação - para isto foi reunido de todas as coisas. Não importa de que matéria ou de que suposta evolução biológica pôde o homem surgir, o que importa é o momento em que, de toda a massa mineral, vegetal e animal, ele foi achado homem. É este o momento em que toda a teoria evolucionista vem abaixo! Pois o milagre é tão grande que a própria natureza o depõe.

O *tempo presente* é a quimera pela qual todas as concepções científicas se debruçame se apegam como um bebê ao colostro. O triste é dizer-lhes a verdade patente: não há tempo presente. O que há de presente no tempo não é uma fração do tempo, uma etapa sua, mas a eternidade. Ela é o que nos dá esta vaga sensação de permanência num universo de ilimitadas passagens. A passagem ininterrupta é o tempo, matriz de todas as larguras e extensões de pensamento; a permanência total é a eternidade, o ser pressuposto a qualquer pensamento. Por essa razão é inútil especular a idade do mundo, pois o mesmo

mundo - concomitante ao tempo, diria Agostinho - é desprovido de

atualidade sem o homem, aquele que qualifica o tempo.

Nossa perspectiva, que é aquela baseada no bom senso e na pura tensão, se desdobra sob um pano de fundo humanista. Não o humanismo ateu dos idólatras de si, nem mesmo o humanismo cristão dos artistas consagrados, mas o humanismo histórico do tempo no mundo, ou seja, à humanização da História e à historização do Homem. Cabe aqui uma tentativa de resolução.

Por que causa é perigoso afirmar "a História é o Homem"? Em primeiro lugar, pela fundação *filosófica dos termos*. Obviamente, por natureza e definição, não podemos crer nesta afirmação filosoficamente falando. Em segundo lugar, dizer tal coisa nos torna um imenso *vácuo entre a noção de ser supremo e ser relativo.* Se somos a história, não seríamos nem um nem outro, mas algo estranho aos dois e inexistente em si, contrariando toda a ordem teológica. Em terceiro lugar, *a história não pode ser nada além do que ela é: uma* palavra, o dizer autêntico de um sentido sintético do acontecimento. Nesse sentido, atribuir-lhe corpo e forma animal racional seria o mesmo que atribuir a um computador o poder de orar, subvertendo a antropologia saudável.

Então, pela via filosófica, teológica e antropológica, jamais poderíamos cometer o acinte de mesclar duas ordens de coisas tão heterodoxas como Homem e História - embora saibamos que não existam uma sem a outra! Como resolver a questão? Como colocá-la de modo justo e salutar dentro de uma proposição tão breve e conflituosa? Somente pelo recurso à ideia de narrativa encarnada.

Temos uma espécie de convicção que o homem é um ente animal dotado de razão superior e espírito. Mas chamamos atenção, também, a possibilidade simbólica de ele ser um discurso vivo, uma atuação contínua, uma apresentação verbal da consciência em forma de carne - como um verdadeiro enredo vivo. Isto é o que, na prática, confere a ele valor

histórico, e à história, teor humano. Jamais existiria história se o homem não fosse personificação no tempo e no mundo em forma narrativa encarnada. Do mesmo modo, não haveria personificação sem narratividade história. Esta ambivalência é a base pelo qual afirmamos: a História é o Homem.

Sendo um regato sólido de todas as falésias da criação multifacetada, o homem, ente artístico por excelência, faz de si uma obra que transcende os próprios elementos que a compõe - sobretudo, os de ordem psicológica. Isto porque sua única criação neste

mundo é a imagem sintética de todos os seus movimentos morais futuramente apresentada diante do crítico extremo, aquele que deu-lhe este poder de teatro - seu deslize mais perigoso. Sua narratividade cessa no instante mesmo em que é lida pelo autor de tudo, e comparada à criação perfeitamente ordenada ao fim ótimo e único. A questão é que tal imagem não se reduz à uma concepção mental ou psicológica da vida, uma ideia dada pelo Homem em relação a si mesmo: mas a uma concepção final realíssima que está nas mãos de Deus.

O ideal pressupõe o real em toda sua extensão; o real se dispõe do ideal em toda sua intenção; e neste fluxo de relações ambíguas o homem, translúcido pelas aparências do instante sólido, se choca, entre duas paredes intransponíveis: o devir e o perene. É neste choque que existe a história do homem, e o homem da história. É nesse interlúdio que a realização humana se passa, se descobre e se emancipa. A história nada mais é do que esta atuação consciente e contínua de um ente que carece de ciência plena.

É por essa razão que não confiamos nem na ciência, nem no mito. Os dois não podem explicar a vocação extrema do homem e a insistência anônima da história, que coincidem sobremaneira. São duas formas de contar o acontecer que prescindem da pessoalidade - e pessoalidade é

justamente a qualidade íntima do homem histórico, qualidade que se refere ao *modo de produção*, que longe de ser um sintoma da automásia neurótica do reino industrial, é antes de tudo a justificação do drama real no qual *vivemos, nos movemos e somos.* A História é mais propensa à fantasia, portanto, menos inclinada ao prático.

Assim, a História é o Homem na medida em que o homem é produto: produto da auto-formação criativa segundo um modelo inalcançável, mas efetivo. E só por isso faz sentido a existência histórica, já que *ser no tempo* é produção e *ser além do tempo* desfrute
- ou infâmia. Isto faz parte da carreira mítica, científica e fantástica do Homem, que procura açambacar em sua alma tanto as comicidades do destino quanto as tragédias do passado - juntas, inseparáveis e ordenadas a um entressonhar esperançoso no qual Deus imprime sua misericórdia.

> *Se a História não fosse o Homem, ela seria um Deus sem criaturas.*

A Igreja é Roma

Quando estudamos, como cristãos, a crítica histórica sobre a autenticidade do homem Jesus, sentimos um embaraço interno, como que uma azia profunda que pode se exteriorizar em forma de dúvida: "*Seria mesmo um mito*?". Tal questão é de fácil digestão se o cristão for conscienciosо e fiel, mas pode ser obscura e tentadora se for por demais obsediado pela perspicácia lógica. Basta saber a qual lado pertencemos, já que a pura fé se serve da razão, enquanto a pura razão tripudia da mesma.

Semelhante dubiedade encontramos na discussão acerca do *quê é a Igreja*. Seria ela uma invenção estatal e humana; seria ela um estado de espírito comunitário mais elevado; ou seria ela uma metamorfose ambulante de séculos de imperialismo pagão? São questões, novamente, de dar azia aos homens que pela fé se ancoram na realidade. Mas acredito que elas surjam, de fato, para o bem da própria fé - e como fármaco para tal pirose retroesternal introjetada pela sanha racionalista moderna.

Acontece que a Igreja, como realidade histórica, é indissociável do homem Jesus do mesmo modo que o homem Jesus jamais poderá estar da própria ideia de Igreja - seja ela uma invenção estatal, um estado de espírito ou uma metamorfose pagã. Jesus é a Igreja tanto quanto a Igreja é Jesus por extensividade de ação. Pelo menos nisso cremos, tendo como fundamento as próprias palavras evangélicas. Ele a iniciou, Ele a terminará. Cabe agora, pessoalmente, decidir crer ou não crer em tal paridade substancial entre Cristo e a Igreja.

Para um digno cristão, a crítica histórica jamais interferirá na experiência de encontro verdadeiro com Cristo pela Igreja. Se isto acontece, é sinal de que a dignidade do cristão se converteu em lógica, perdendo assim, todo seu olor genuíno. Se tal não vem ao caso, um mero

acaso não pode ser causa de toda a força imposta ao ato: o ato de fé. A fé que, embora saiba que na história Jesus viveu e era homem, crê em sua divindade e em sua coextensividade institutiva. Porque seria a "crítica" recente juíza de validação deste encontro a partir dela após dois mil anos de tradição? Preferimos a autoridade de sua palavra.

Talvez a mente ingênua dos burocratas históricos não seja capaz de perceber a infindável teia de convergências guardada na simples menção deste nome. Jesus, homem verdadeiro e Deus verdadeiro, cumpriu uma obra verdadeira no campo da história, independentemente do visto ou quisto no rodapé das obras históricas de origem exclusivamente humana. Deixou o espírito evangélico para atestar aquilo que a própria ciência do passado foi incapaz de tragar, e ao longo de muitos séculos, reluziu sua presença no mundo através de uma instituição sólida e tangível - que se tornou o terror dos pagãos e dos mercenários do templo: a Igreja.

Embora a sedução pela prova histórica seja um desilustre apagão da fé, a crença austera sobre a usurpação de suas palavras pela "máquina" estatal, comunitária ou imperial de índole eclesiástica, é ainda mais obscura. Esta pecha só existe pela falta de fé na pessoa, e não pela falta de amor à instituição. Quando ouvimos declarações acerca da autenticidade da Igreja enquanto instituição estamos, na verdade, ouvindo reclames acerca da autenticidade de Jesus Cristo enquanto Deus e sujeito histórico. Este é o fundo noético da questão: a descrença insincera sobre uma pessoa divina agindo historicamente.

A extensão da vida de Jesus como continuidade de sua encarnação divina na Igreja é matéria de fé e um verdadeiro dogma da religião cristã. Sem isto, o cristianismo seria mais uma dentre tantas religiões que se esforçam para encontrar a Deus - sendo que nele Deus vem a nosso encontro. Mas o que isto representa para aqueles que não comungam da fé?

Absolutamente nada, a não ser, um argumento para agir e dominar. E foi pela ideia de dominação que os detratores da Igreja impuseram o mito da *religião constantina*, afim de acusá-la de ser uma invenção imperial bastante vantajosa do ponto de vista político da época. Este, provavelmente, foi o terreno onde eclodiu tal suspeição, sendo muito mais útil do que apenas conflagá-la sob o libelo supostamente pagão de suas práticas.

Acontece que toda essa mixórdia especulativa fere não só a relação que há entre a história e a religião mas, inclusive, a relação que pode haver entre essas duas e a política. Nenhum Estado moderno está disposto a aceitar crenças que transcendam seu caráter pragmático e empírico. Quando muito, tolera-as. Mas até a tolerância tem limites, regurgitam alguns que se encontram às favas com o assunto, pois é preciso, pela via política - em tempo de tão altas luzes! -, desmistificar todo e qualquer fruto de presunção divina daquilo que, para os faustos doutores, não passa de Estado!

Pois então, volvemos à questão. O cristianismo, sim, também é um Estado, mas um Estado de outra ordem, outra natureza, ou melhor, de sobrenatureza. A Igreja representa a extensão carnal de uma vida humana unida ao divino por este Estado, e isto, de fato, nos lembra uma característica puramente romana: o culto aos césares. Esta é a acusação implícita. Então, obviamente, nesta cisma há uma mistura aguada de ranço imperalista e purismo anti pagão que sobreeleva a intenção interna de encontrar o cristianismo do espírito, puríssimo, não o pagão, não o da carne. Porém, sem a carne o cristianismo se torna um culto pirronico professado justamente pelos aceclas da razão a todo custo, que sem notarem, se desapegam da humanidade de Jesus pelo desapego à autoridade da Igreja
- e essa é a maldição do imbróglio.

A Igreja não é, essencialmente, uma estrutura política, e sim, uma

estrutura hierárquica que se expressa politicamente. Mas a dimensão política a compõe, como o intestino compõe o corpo de um crente que reza - é uma parte fétida, mas necessária. Um componente sem o qual toda a estrutura se compromete, tendo em vista a excelsa missão que lhe foi confiada: "*ide, ensinai o evangelho a todos*". Para cumprir este fim a Igreja teve que se constituir politicamente no mundo. Portanto, não é justo nem necessário - nem mesmo inteligente - preencindir de um domínio tão caro à consecução deste plano. Seria bobagem acreditar que somente pelo palavreado espontâneo o mundo inteiro se convertesse, absorto pela nobreza do credo. Era necessário à causa o domínio político do mundo para o domínio dos próprios corações - e também dos demônios pagãos - através do império político legado por Roma.

Quando acusada de ser uma invenção romana a Igreja Católica, através de seus membros mais esclarecidos, sempre argumenta na clave dos dados históricos sólidos e razoáveis que evidentemente comprovam sua preexistência, sob a forma de um *corpus ecclesiae* concreto, em relação ao seu caráter político apreendido posteriormente. Isto é fato notório se analisarmos os escritos dos antigos padres. Ninguém "inventou" a Igreja Estado a partir de um edito. Ela passou, sim, a um outro nível, a um outro patamar de composição orgânica ao publicarem o documento de Milão. E a razão não foi um mero jogo burocrático, mas um objetivo divino longanimemente planificado. Muitos séculos foram necessários para que todo o orbe terrestre se encontrasse "globalizado" e unificado a ponto de receber a inserção da pequena semente teândrica que fez crescer, ali, no terreno antes banhado pelo seu sangue inocente, uma grande árvore repleta de ramos e frutos, cuja raiz entranha tão fundo no solo que seu tronco, firme e maciço, se erige até hoje como madeiro de todos os povos: a Igreja Católica Apostólica Romana.

Eis porque somos romanos. Somos romanos porque Jesus Cristo, Deus

e homem, nasceu da Virgem Santíssima em terra romana; em mundo e tempo romano; e só uma Igreja romana poderia continuar sua ação de forma empírica - segundo a unidade de sua essência. Isto não quer dizer que sua estirpe seja romana, mas que sua presença se deu emambiente romano e que somente a figura e presença deste Deus no império mundial romano poderia reverter e aplacar a angústia pavorosa daqueles cesáres, pouco a pouco impregnada na alma daquele mundo severamente massificado, transformando-os em augusta vitória para os homens!

A mais alta prova de sua insurgência em império mundial da fé foi justamente isto, a vitória humana diante da dor e do desespero testemunhada, principalmente, sob a ótica do "espetácular" martírio. Nele, a humanidade de Jesus Cristo mostrou sua atividade atual na humanidade de milhares de vítimas das bestas feras. Ali, o homem soprepujou a insanidade do Estado imperial pela virtude divina, encantando os olhos de Deus para umaprofusiva e futura conversão. Essa conversão está relacionada ao modo pelo qual os indivíduos demonstravam sua fé nas mais cáusticas atrocidades inpingidas aos corpos, mas, sobretudo, pelas mais altas virtudes vivenciadas por suas almas. O martírio, sim, foi o grande salto que sobrepujou o Estado romano de toda a sanha pagã de seus demônios correligionários.

A partir do momento em que a Igreja triunfou sobre as misérias do corpo, impostas aos mártires pela máquina assassina dos cesáres, ela pode revivificar, como num sacramento, a alma daquela humanidade solapada por séculos e séculos de religiosidade pagã, nacionalista e caduca. Ela se organizou dentro de um vasto mundo de víboras, porém, não foi esta a causa de tão maravilhosa conversão. A principal força que sepultoua cidade antiga dos homens - e seus pés de barro tão preconizados - não foi a estrutura política e seus meios, mas a fé viva e seus fins. A cidade nova se ergueu no interior da cova mais obscura e tirânica que o mundo já conheceu,

numa aliança de sangue, lágrimas e esperança.

E a fé venceu dentro da arena onde a máxima secular predizia os grandes feitos do homem. Venceu porque Deus é irresistível e onde sopra as peças do tabuleiro se movem rumo à mais santa direção. E uma dessas peças foi o coração um imperador, que a despeito de suas aspirações monarquicas absolutistas, ousou refrear o consuetudinário impulso da plebe: derramamento de sangue como forma de manutenção da coesão social. Isto foi feito por linhas tortas e direção reta. Foi feito por Deus. Pouco importava as razões de seus instrumentos humanos, seu estandarte foi levantado; em meio ao ocaso de um mundo perdido; frente o destino agonizante dos inocentes; pela via do império que ruia e fazia

ruir toda a sede humana pelo bem. O homem Jesus venceu quando o primeiro César cedeu à graça.

As velhas acusações que recaem sobre a Igreja - e de como supostamente foi criada como instituição secular para sustentar um Estado sanguinário já pútrido - tem sua razão de ser apenas no fato histórico de seu maior feito: a conversão do mundo pagão. Ela converteu o mundo, mesmo que por vias "políticas". Bastou, de início, a liberdade para que a conversão viesse a galope. Vale lembrar, inclusive, que tal conversão não começou no momento em que ela se tornou salvaguardada pelo Estado. Começou quando o próprio Estado a perseguiu lavando seu solo com o sangue do próprio Jesus e seus membros. Foi seu sangue unido ao sangue dos mártires que solapou a escória dos demônios pouco a pouco, impregnando seu espírito no mais profundo recôndito do império, e, implementando sua nova ordem mundial: a fé.

Quando um detrator da Igreja - que é um detrator da fé - nos impõe objeções seculares acerca da origem da instituição eclesiástica relacionando-a, apenas, à uma manobra política de Constantino, isto deve

ser tomado por nós, católicos romanos, como um sintoma. Sintoma da mais discreta falência moral, fruto da mais rasteira ignorância histórica. Não devemos refutá-los com brados e negações acerca de suas alegações sobre tais acontecimentos. Devemos confirmá-los com certeiras afirmações a respeito da verdadeira manobra divina, que elevou um império de iniquidade a um império de fé, pela simples conversão de um César! Digamos: *"Sim, a Igreja como império mundial da fé nasce em Constantino por vontade divina!"* - mas somente após ser gerada por Cristo nos apóstolos.

Em geral, tais objeções tem como alvo exclusivo a Igreja Católica. As demais congregações cristãs não se inculcam por tais menosprezos ou asserções, pelo contrário, as utilizam conforme o prado para justificação de seus sentimentos de independência e "pureza". A grande lástima recai sobre aquela que afirma ser una e ainda reconhece tudo aquilo que nela há de romano. Pois a Igreja assimilou Roma, o mundo conhecido, o universo humano unificado. E como só aquilo que é uno pode se inferir universalidade, o cômico da história é que só o que é universal pode se dizer romano! Já que a civilização da loba foi justamente aquela que consiguiu tal feito. Roma teve o mérito - mesmo que pelas vias mais odiendas - de unificar o mundo, planificá-lo, ordená-lo politicamente de uma tal forma que, bastou a boa semente cair do céu em seu canteiro, para em menos de três séculos ela se tornasse uma grande árvore da vida.

Roma foi isso, a infraestrutura para o reino milenar da fé. Reino este que não se confunde identicamente à cidade de Deus, mas que pelo menos a refletiu no ambiente humano mais elementar: a política. Seu método foi o pecado, mas este se curvou à graça. Sua função foi a reunião indigna, que se transmutou em comunhão dos santos. Roma se tornou um espectro político conservado pela penúria econômica antes do grande abalo. Bastou-lhe encontrar uma luz para se abrigar de sua própria escuridão. Quando percebeu a Igreja e sua rede de colaboração caridosa permeando as

tubulações vasculares de sua falsa moralidade cívica, já havia sucumbido! Não por um golpe dela, mas por um instinto de sobrevivência orgânico. Roma foi a mais brutal e dolorosa permissão de Deus.

Aquilo que de mais importante Roma legou à Igreja foi seu sistema de leis - uma fusão democrática, aristocrática e monarquica que, de certo modo, se cristalizou no

projeto concreto da *Pax romana*. Isto foi o sedimento romano que assimilamos e nos permite dizer em alto e bom tom: a Igreja é Roma! O estatuto advindo de seu corpo de códigos legislativos foi incorporado pela cristandade, que reformulou aqui e ali as contas de seu crudelismo inato; transformou a matriz de suas arque disposições despóticas em condutores ativos da nova fé; revitalizou o antigo e opressor direito em favor de uma nova ordem dispositiva. Enfim, o que a Igreja fez com Roma, no sentido da espiritualidade foi o que Roma fez com o mundo no sentido da apropriação de seus bens. Transfiguramos um corpo social leproso, da morte para a vida.

Assim, a Igreja também, em certo grau, se impregnou de elementos estruturais do antigo império, da antiga cidade, da antiga ordem mundial. A própria arquitetura, o calendário, certas formas artísticas, a língua latina, tantos foram os recursos romanos elevados a um grau superior de sentido e uso em seu organismo visível. Isto não é demérito algum, e sim, virtude. Virtude de converter um moribundo Estado em fonte de renovação humana e espiritual, incorporando-o a si em seus aspectos mais úteis e benéficos para a missão de evangelizar o mundo. Por esta razão não nos cabe o despeito em relação à acusação constantina. O que se pede, neste caso, é uma visão profunda do processo, que não se resume a uma mera intrusão oportunista e licensiosa de um domínio político sobre outro, mas, a uma acepção mais radical e teleológica do processo: a perspectiva das novas formas civilizacionais que surgiram a ponto de infundir, no mundo, os

caracteres de um reino transcendente e essencialmente diverso do anterior.

A fé em Jesus Cristo transformou Roma em Igreja e não a Igreja em Roma - como seus *constantes* desafetos proclamam a quatro ventos. A grande trave que habita os olhos que assim vêem é o fato de que a Igreja se tornou senhora do mundo, se tornou Roma. Isto fez a submissão à ela ser matéria de ordem e sustentação do mundo. Agora, após um milênio *Pax Ecclesiae*, as forças infernais que obssediavam Roma querem retomar seu posto, impingindo um movimento inverso na tentativa insana de se tornar "Igreja". E essa é a raiz moral que subjaz nas entranhas da controvérsia constantina: a vontade de poder, de poder ser *Igreja*!

Roma nunca será Igreja porque seu papel no mundo foi consumado: ser *Orbis*, reunindo pelo pecado as multidões para a graça. Mas a Igreja, sim, é Roma, reflexo visível da *Urbs* divina, mesmo que sob uma condição - ser seu contrário, o amor.

A narrativa encarnada

Afinal, do que se trata a *Filosofia da História*? Se podemos falar de uma "verdadeira" ou "falsa" reflexão acerca deste objeto obscuro e etéreo chamado *História*, já não podemos se admitirmos não possuir os critérios claros e distintos sobre o "quê" desta velha senhora. Essa, de fato, é uma discussão efusiva que beira às raias da irrazão. Pensadores, filósofos, antropólogos - amigos ou vilões da honestidade - acirraram suficientes ânimos e desânimos ao longo dos séculos para estabelecer um tom absoluto ante a falaz presença deste espírito tão zombeteiro e penetrante. Quem é esta senhora? Qual sua tez? Difícil determinar. Portanto, devemos delinear, pelo menos, um limite para a palavra que tantas cócegas levantou nos mais temíveis homens de glossas.

Costumo tratar a senhora *História* tendo como base sua raiz existencial: a consciência. Lá ela vive, mora, é tecida e recortada nas visões mais astrais e tácitas sobre o mundo, a vida e o homem – seu repositório nuclear. Como uma espécie de cristal forjado, em referência ao sonho anímico onde se debruça o homem no contato quem têm com a matriz de realidade que o abrange e esgota, reside a *História*, antes, *mestra da vida*, agora, fresta da discórdia. E qual seria a razão dessa *matriz*? Indagação imprópria, diriam alguns. Digo isso por conta da limitação de ciência que possibilita a própria experiência dentro de uma descomunal totalidade. Sempre raspamos uma parte, embora estejamos atingidos pelo todo, e essa condição de *espremidos* pelo tempo e a eternidade é que nos incita a perguntas tão acima de nossa compreensão. No local mesmo onde o contato entre estes dois titãs se manifesta – a consciência – é possível um lapso luminoso de arguto sentido, uma imagem diminuta da vastidão irremediável, um conto reluzente de esperança e caos: a *História*, dama e carrasca das mais hodiernas almas.

Não é demais lembrar a ferramenta cabal pelo qual a consciência produz algo como a *História*: a linguagem humana. Este é o artificio próprio pelo qual o acontecer pode ser encapsulado e assimilado de forma mais abstrata e significativa, um tipo de alimento responsável por um alívio mediante o mistério e limitação da vida ininterrupta de todos os dias. A alma não descansa até forjar uma ninfa fabulosa em seu reduto íntimo... Ninguém é capaz de se lançar nos dias e nas noites sem que esteja imbuído de exemplificar o próprio cenário circunstancial pela *palavra*. Nesse quesito, o homem arcaico é figura una. Embora sua história não seja considerada tão "genuína" quanto a dos

capitães das naus modernas - pelo fato de supostamente não registrar o passado; não prospectar o futuro; e encarar o presente como foco da mais tenra epopéia - ele, ainda sim, traçava uma espécie regular de discurso sobre sua história interligada às origens: o mito. E essa era sua escrita da história, sua narrativa sintética do mistério da impermanência na permanência. É este tipo de homem histórico – *arkhé*, ou, "o que vem no começo" - que devemos compreender para apurarmos o atual homem historiográfico.

O sujeito arcaico nada via na realidade que não fosse um sinal de divindade. Mesmo que atropelasse as camadas, os sentidos, as teias de aranha da cronologia, este *sujeito do acontecer* sempre esteve em rota de colisão com o inexpugnável através de suas narrativas mitológicas. Ele já era um homem histórico muito antes de a ciência histórica o descobrir como seu antípoda. Isto não faz dele um *moderno*, muito menos um *antiquado*, mas algo dele dimensionou nossos horizontes que, hoje, interpõem ao passado algo resoluto da própria época. O fato é que a *História* pode ser considerada tanto para o "*homo arcaicus"* quanto para o "*homo historiográficus"* um símbolo, sempre forjado a partir da pressão exercida pelo entrave entre contingência e necessidade que os atingem ferozmente, eles e suas míseras

estruturas narrativas. Deus, a consciência sem igual, tem esse símbolo absolutamente e sem passagem; o homem, consciência por igual, o tem aproximadamente no choque e na confusão. Isto nos faz crer que o sentido final da *História* sempre esteve presente aos homens de todos os tempos, embora apenas compreensível enquanto conteúdo mítico e religioso.

Mas afinal, onde reside um objeto tão tênue e ao mesmo tempo tão importante como a *História* quando tomada sob o ponto de vista de seu sentido humano? A resposta estava em vias de ser dada pelos doutores de seu templo: os filósofos da história. Cada um deles, como um desorientado atirador de elite que nunca sabe que seu alvo pode ser a própria culatra, tenta persuadir os discípulos de que a *História* tem, sim, um sentido, uma ordenação, mesmo sendo ele incapaz de a demonstrar pelas simples armas da razão - embora tente arduamente rabiscar seu sentido último em imensos e engenhosos tratados. Nessa hora, em vista da impossibilidade material de seus esforços, sua razão se torna, em alguns casos, instrumento de oblação sádica e masoquista, passando a extrapolar os limites impostos por sua natureza na vã atividade de salmodiar o que antes estava dado aos crentes e místicos de plantão: o dom do profetismo. Pois o que agora rege seus esforços, após tal transgressão, não é mais a humildade na fé própria sugerida pela verdade, mas sim, a insurgência fria dos sentimentos mais vorazes dos ardentes adoradores neopagãos. Por isso, até agora, os pobres filósofos da história nada fizeram senão lutar contra a única explicação plausível para seus pesadelos: a teologia. E desfazer qualquer sentido a troco de fábulas e alusões insólitas...

Por essa razão suspeito um pouco da atividade filosófica quando esta procura um objeto tão crepuscular como o sentido da *História*. Não porque a filosofia seja incerta ou vaga, petulante ou incapaz de captá-la, mas, sobretudo, porque a própria *História* exige um certo grau de inexatidão que a filosofia não suporta - e a poética regozija! Por isso os poetas podem

exprimí-la com maior adequação, e, somente eles, conceber uma verdadeira *Historiosofia*, ou seja: uma *narrativa encarnada* baseada na compreensão do testemunhopessoal. Mas o que isso quer dizer?

A *História* universal é uma poesia viva, divina, repleta de graça e tragédia. Desde o primeiro luminar incandescente de "ser" criado por Deus, até a consumação e transfiguração final de todo o universo, um drama se desenrola; um teatro participado e não assistido se desempenha; um mistério aberto e não hermético se arrola como sinfonia quieta de formas e matérias abismais sem fundo em si. Ela é alegria do devir dentro de um plano permanente de misericórdia, onde podemos apreender num ato de *visão poética* sua impossibilidade de expressão, que ainda sim, é expressiva. O conhecimento pelo testemunho vivo das direções passadas e futuras é matéria de presença plena, de *historiosofia*, de compreensão testemunhal em nossas tenras e claudicantes vidas. Julgar a partir do saber é o princípio do conceito de *História* que busca esse *compreender* a medida do *testemunho fidedigno* de sua atuação direta. Por esta razão, o sujeito de uma empreitada tão paradoxal precisa ter a inclinação de um fausto poeta, como o próprio Deus criador. Essa é a condição sem a qual o discurso sobre a *História* universal estará fadado ao fracasso de uma caricatura estranha à realidade.

A filosofia é uma dama séria e pedagoga demais para suportar a dança sedutora da *História*. Prova disso são as discrepâncias ensandecidas dos filósofos modernos que travaram tato com ela - e se perderam entre suas saias de cetim. O amor à sabedoria merece algo menos insólito do que a velha *Mnemosine*, bastiã de todas as agruras e glórias de um reino em confusão febril. Tal argumento apresenta uma espécie de isenção culposa, sabemos, mas é o único rebento de sobriedade frente os disparates da historiografia e do pensamento filosófico contemporâneo (se é que podemos adorná-lo com esse grau de excelência). A isenção passa pela

falta de juízo absoluto acerca do sentido final de todo o desenrolar temporal dos acontecimentos. Esta é a pedra de tropeço e o início de uma sabedoria *historiosófica*, onde decorre a necessidade de uma visão não exclusivamente teorética, e sim (utilizando uma ironia Karl-marxiana) *praxiológica*.

A única forma legítima de significação aproximada do sentido final da *História* é a vida pessoal tomada em sua praticidade. O modelo pelo qual alçam-se todos os parâmetros fecundos acerca de uma meta a ser atingida, particular ou universal, passam pelo crivo da experiência de ordem individual. Sem a história vivida particularmente não há vida universalmente histórica. Aliás, este é o erro fundamental dos filósofos da história: antecipar uma razão histórica genérica antes de rastrear os meandros de sua razão particularmente efetiva - a historicidade prática e pessoal. Uma encruzilhada em que o poeta, de fato, não se aleija, o fazendo protótipo perfeito para o exercício da *historiosofia*
- tal é o argumento para ilustrar bem o intuito deste ensaio que busca tornar evidente a necessidade da poética para o são discurso histórico, pela *falta de compromisso dos poetas para com a verdade* em contraste com a obediência servil dos filósofos a ela.

Um filósofo não existe se não admitir que há algo nele, e em torno dele, o submetendo a ponto de determinar seus atos intelectuais e, principalmente, seu discurso acerca deles - *a* verdade. Já o poeta, só existe se não admitir que há algo nele, e em torno dele, que não é capaz de sujeitar sua determinação em agir como se falasse - *sua* verdade. Isto marca um limite fundamental entre a atividade filosófica e poética para os fins históricos: uma é escrava, a outra é senhora. Essa distinção não incide na proeminência - no mesmo plano - de uma atividade sobre a outra, mas na necessidade de se atribuir o primado da expressão poética ao que tange à narrativa histórica. Em termos dela, a atividade poética adquire uma

profundidade e elasticidade que não são permitidas à filosofia, pois ela é mais grave - diriam alguns, com razão. É por essas e outras que o *historiósofo* deve emergir da casta dos poetas, justamente por não reterem o processo de compreensão histórica em supostas afirmações apodícticas que não podem ser apreensíveis, quando muito, sondáveis. Claro, sem se desfazer da indispensável companhia e sobretudo amizade para com o pensamento filosófico, sendo dele um intérprete ocasional e lisonjeiro.

O universo da especulação histórica exige uma tal humildade em relação à fé e à verdade - muito mais do que os demais objetos estudados pela filosofia - que a simples menção de uma definição acerca de seu objetivo e ordem nos pode afundar no lodaçal profundo da fantasia, ou nas aparências prolegômenas do progresso indiscriminado. Esta é a razão da isenção culposa que nos subtrai da ânsia por descobrir a verdade da *História*.

Acontece que, mesmo estando em posição completamente hostil em vista das possibilidades múltiplas da filosofia, a *História*, ainda assim, não pode existir sem uma grade de afirmações sensatas e verazes dadas exclusivamente por ela. A *História* também é determinada por realidades de cunho universal, porém, ela é ainda mais dependente de uma ação radicada na estrutura limitada da experiência subjetiva, ou seja, da pessoa envolvida no processo. Isso é um osso que o filósofo pode até roer, mas sem sorver seu conteúdo; enquanto o poeta, que canta glórias à alegria da ignorância, faz desse osso um pífaro! Pois há nessa panóplia uma verdade que a perspicácia filosófica jamais será capaz de acessar apenas com a razão, pois ela não se manifesta sem o recurso da infusão direta: a *voz do autor*, a *autoridade do drama*, o *mentor da participação* humana no esplendor inominável - mas narrativo! - da *História*: o Verbo Divino e encarnado, inspirador e inspiração de todos os pequenos corações.

Esse é o traço marcante da ideia aqui exposta, que nasce da vivacidade

de um discurso, de uma palavra, de um *profere* que aglutina toda a carne do mundo em seu coração absoluto. Eis porque o poeta pode ser considerado o homem que vaga pelo vale da sombra da morte só podendo refugiar-se na sombra desta figueira bastante específica (a inspiração), enquanto o filósofo, também andarilho, se move sem repouso, atingido ferozmente pelas pragas do sol (a razão) justamente por uma qualidade própria do objeto de sua busca: a inexorabilidade. Pois na verdade o poeta imita o ato deste Verbo que reduz engrandecendo todas as coisas e engrandece reduzindo todo o discurso à onipotência do possível, como numa entrega atual a seu destino incerto; mas ao filósofo, coube a tarefa mais árdua: almejar o entendimento desse processo, encarnando-o sem perceber.

Creio que até aqui traçamos uma imagem inabitual sobre o tipo de visão a que o conhecimento histórico deve ser submetido para ser minimamente sadio. Umconhecimento meramente artístico e não científico, um potencial sem atualidade no tempo, mesmo que fadado à imposição real de certas verdades inalcançáveis pela razão. Uma delas é o *caráter finalístico* de sua presença. A razão não nos diz, exatamente, que a *História* tem um fim. Ela no máximo nos aponta uma… razoabilidade. E é com base nesse dado desejável, mas não apreensível, que a voz eterna nos condiciona a seu conteúdo. Mas como? Pela nossa experiência de ordem pessoal. É uma certeza de razão e não de possibilidade razoável o caráter finalístico de nossa existência temporal tomada particularmente. Sem essa certeza jamais teríamos poética! quanto mais filosofia. Todas as nossas ações estão ordenadas por essa tirania do fim pessoal, do angustiante desencontro com a vida. Sim, não há homem sem a consciência plena de sua mortalidadee da vanidade de suas tentativas em se abstrair do ocaso. Eis o fundo de verdade da *História* que só a dimensão pessoal pode ascender: a transcendência em relação ao tempo através da *narrativa encarnada*. Afinal, o que queremos dizer com essa expressão a não ser algo muito além do imaginável e do

cognoscível? Chamamos *narrativa encarnada* o *fruto reconhecível da vida pessoal*, algo sempre presente de forma incompleta – *gestatio*
- mas que só se completa quando aquilo que o depósito da fé revelada denomina *ressurreição* for consumado. Isto é algo que somente a infusão ativa do eterno pode nos tornar aptos a crer, mesmo sem entender, pois não é algo dedutivo ou lógico, mas antes, indutivo e soteriológico.

Quando aludimos aqui à categoria "poeta" não estamos qualificando os sujeitos conforme uma suposta e especial disposição ou talento, mas a uma predileção ao artístico. Nem mesmo estamos criando uma rixa entre estes e seus irmãos de coração, os filósofos. Alargamos o termo a uma definição bem especial para fins específicos: designar o desejo de alguns homens não de explicar a realidade histórica conforme um discurso, mas de discorrer nela como forma de explicação. Esses são os poetas aqui tomados, e todos somos obrigados a sê-lo em algum grau sob pena de danação, pois a poesia está para a verdade como a filosofia está para sua ausência - o que faz dos poetas e filósofos compatriotas numa espécie de sentimento de pertença à uma nação de loucos! Os loucos que pela sanidade evadem da mixórdia cotidiana e se elevam até os mistérios insondáveis da existência humana, mesmo sabendo de sua inenarrável natureza. No fundo no fundo, todo homem é em alguma medida poeta e filósofo, mesmo no desprezo total à suas categorias. A equação variável entre um talento e outro é o que imagino determinar o nível da atuação *historiósofica*.

O que pode fazer de todo sujeito um sujeito histórico temente é a renúncia por encontrar o sentido final da *História* e a inclinação no dar ênfase ao sentido presente de seu acontecer. Vivê-la, sem mais nem menos, também não irá condicioná-lo a um sentido pleno, porém, deformá-lo em termos de *narrativa encarnada*. Temos que saber lidar com este paradoxo do *nonsense* e do *seriousness*. Não é uma questão de escolha, e sim, de justeza. O que estamos fazendo o tempo todo é testemunhar o acontecer

atribuindo-lhe forma a cada sucessão e ritmo recortado por abstração (o símbolo formal sintético). Esse é nosso modo de compreensão da *História*: *ver* atualmente e *rever* virtualmente em modo discursivo e simbólico. Só que, de todos os testemunhos e formas criadas, um só é o *testemunho inesgotável* - que não irá terminar em outra sequência delimitada – e uma só a *forma inviolável* – que irá persistir delimitada, mas sem sequência. Todos os testemunhos fractais e todas as formas parciais existem a partir e em vista desses dois fenômenos, e nada mais. E isto é a *História* real em curso: a escrita pessoal da *narrativa encarnada*. Estamos vivenciando algo que já é eternamente o mesmo agora, mesmo que em mudança contínua. Um enredo real que deverá ser entregue ao editor final como uma peça, uma sinfonia, um romance escrito em carne e letra para sua apreciação. E qual será o critério utilizado por Ele para julgar tal obra? A Sua própria *narrativa encarnada*.

Portanto, nada queiramos além desta similaridade encarnacional última ao flutuar sobre o mistério incomensurável da *História*. Como os poetas que vivem o conhecimento e os filósofos que conhecem o viver, sejamos *historiósofos*, compreendendo na carne o testemunho de nosso espírito como conhecimento prévio de nossa própria eternidade.

A poética histórica

O tempo não é um limite; o tempo não é um instante; o tempo é a impermanência. Se tal não fosse "impermanência, seria eternidade; mas, mesmo sendo um átimo limite entre realidades não presentes, ele ainda não é um "instante" – pois cada instante não é outro, e o outro não é o de antes, então... a fugacidade de todos é nosso tempo errante.

A morte não interrompe o tempo, só o torna mais claro. Se há algo estranho no tempo é que nele a morte procede naturalmente como a vida que move secretamente. E é nessa trama que a História se torna domínio tipológico no qual pessoas e acontecimentos não existem isoladamente, mas como partícipes significantes no mistério que transcende seus próprios limites físicos e temporais – portanto, históricos. O *tipo* e a *morte* são as constantes da História.

O processo histórico universal, como todo processo, é uma criação contínua que se move em direção a um ponto culminante muito além de nossa esfera particular. Há nele uma gênese, um ápice e um termo cujo significado conjunto nos escapa. É nesse sentido que dizemos que a História é um processo de natureza sobrenatural só indiretamente compreendido.

O fato é que o tempo irá sorver nossas vísceras quando o espaço transparecer seu ocaso. Pois ele urge quando a alma insurge, como um vento que leva quando a alma espera. Por isso a História nos parece uma espécie de consciência tênue e movediça, apenas insinuando a "forma final" que teremos após a morte.

Esta é a base do velho hábito que torna a novidade uma eterna repetição: a *consciência histórica* – que consiste na assimilação intelectual de tudo aquilo que nos foi transmitido e na intenção voluntária

de preservar tudo aquilo que nos é necessário.

Portanto, conceber o mundo como concomitante ao tempo nos desvela a perspectiva de uma forma última permeando todo o dinamismo e mutabilidade. Uma forma que destila seu esplendor na trama da História, porém, sem revelar sua plenitude inabarcável.

Na medida em que o mundo é a resultante de um ato criativo, especialmente de um engenho pensado, inevitavelmente ele passa a assumir uma possibilidade narrativa – histórica – por incorporar em si a herança memorativa de suas mutações e

a possibilidade de novos movimentos empreendidos. Eis porque podemos falar de um teor mitológico da História, como se ela fosse nosso *labirinto minóico* onde se revela uma alegoria profunda da busca pelo destino.

Como *Teseu,* nos confrontamos nela com os desafios e perigos que são próprios da natureza humana, ameaçada pelo monstro feroz que habita em suas sombras e que se interpõe no caminho como um obstáculo a ser vencido – o *Minotauro*. Contudo, não estamos sós, pois através da graciosidade de *Ariadne* nós encontramos a esperança e auxilio necessário em meio a essa difícil tarefa. Aqui, ela personifica a graça, o sinal da providencia que nos guia e ampara em nossos rumos. Seu fio se desenrola como uma revelação, indicando a sabedoria e os preceitos de uma tradição profícua que nos apoia iluminando o caminho até o discernimento do bem e do mal, da verdade e do erro.

Em suma, a jornada de busca pela realização do propósito ultimo de nossa natureza: a salvação - encontrada através do fio providencial de orientação correta no trajeto presente e da superação pessoal ante as tentações imprimidas pelo passado, em vista da liberdade futura. Está aí o mistério literário encarnado.

Se definirmos a História como um *conto do que aconteceu*, e a literatura como um *conto do que pode acontecer*, o acontecer do conto só pode ser algo *além do acontecido*. E nisso consiste a poética da História. O problema fundamental que nos atinge está relacionado ao domínio histórico, que se configura como o placo onde ocorrem as múltiplas escolhas e as miríades de erros ou acertos morais. Todavia, seu desfecho é, para a alma, invariavelmente marcado por uma determinação que culminará em: sucesso ou fracasso definitivo.

Acontece que o homem contemporâneo vive não mais entre o dilema antigo do "ser ou não-ser", mas entre o delírio idealista – radicado num viver material – do "sucesso ou fracasso" temporal. Isso por si só não seria ruim se ele tratasse essas duas categorias como elas realmente são: condicionais – e devem se realizar a partir de alguma realidade que transcenda o seu próprio estado conceitual. "Sucesso ou fracasso" em relação a quê? eis a questão.

Sabemos que a História pertence ao *domínio da palavra*; que a palavra pertence ao *domínio do ser*; mas, e o ser da História? Ele é a *palavra encarnada*. A *Palavra* é o ser da História, seu fundamento, pois ela é a *Palavra* no tempo; tempo é o *limite no espaço*; e o espaço da História é o *tempo ilimitado*: a eternidade. Isso equivale dizer que somos espacialmente atemporais. No tempo, a fé na *Palavra* é a verdadeira batalha, seu maior inimigo, a sedução impostora da falsa paz - já que a verdadeira paz transcende a História.

Só assim resistimos a épocas de incertezas. É difícil aceitar, mas existem oportunidades que só surgem durante períodos de crise e catástrofe. Em situações de incerteza e caos, as pessoas são confrontadas com a realidade nua e crua, sem as ilusões e fantasias que geralmente permeiam o cotidiano. Durante esses momentos, as certezas fundamentais

são postas à prova, e a verdade sobre a natureza humana, e até a condição social, se torna mais evidente.

Na História, a crise e a catástrofe proporcionam uma oportunidade única para examinar de forma clara e honesta as estruturas sociais, valores culturais e crenças fundamentais que nos sustentam. Em meio ao caos, as ilusões são desmanteladas nos dando a chance de confrontar a realidade de forma mais direta e profunda. No entanto, é importante ressaltar: essa visão não implica que a crise seja desejável por si só, ou que a devamos buscar ativamente, mas sim, que elas devem ser encarnadas espiritualmente! extraindo de suas circunstâncias a clareza única de uma compreensão intensa, já que, a incerteza, é a razão de toda História.

O tempo tem um caráter *irreversível* que torna a eternidade *impreterível* e a realidade histórica *irremovível*. Aí o destino se cumpre, pois sabemos que a morte é um fenômeno tão real e tão indiferente que nos causa uma aversão súbita e acachapante
– e isto é uma graça! Realmente não devemos ser indiferentes a ela. Via de regra, sua menção em colóquios cotidianos tem aparecido, atualmente, apenas sob a forma das mais obtusas fofocas; como instrumento da engenharia do medo que raramente aceita uma reflexão profunda e séria.

Somente em um contexto "impessoal" a morte é convidada ao banquete das palavras. Mas quando a coisa é tratada com um tom mais denso e grave, material e fático – "a minha morte", "o meu fim", "o meu fado eterno" – o papo revira, e algum interlocutor frêmito sempre muda o canal da conversa para a estação mais próxima: aquela dos problemas triviais deste século...

Isto denota um perigo presente: que um elemento fundamental da existência humana está sendo rechaçado do dialogo corrente como *cosa*

non grata, ou seja, como algo destituído de valor prático para os fins desta vida. “Vire essa boca pra lá!”, eis o slogan da salvação imediata e do alivio que permite nossa inserção no *chat* público.

Convenhamos, a morte não é simplesmente um assunto; um tema avulso e trivial; um noticiário triste ou uma tara mórbida de adoradores pessimistas. Ela é o fixar de todos os tempos do homem em uma forma final e irretocável; o arremate de costura irreversível que estampa nossa História, de uma vez por todas, na imensidão de uma eternidade sem véus nem dissimulações. Algo muito sério e urgente de reflexão. Como não falar (e, mais ainda, pensar!) sobre algo tão próximo como a morte, que envolve a perenidade de nosso destino; a irreversibilidade de nossas ações; e o estado final de todas as almas? Cala-te, boca! Pois tal escrúpulo reside no fato de termos perdido a noção clara de que a *cosa non grata* é o assunto mais relevante da História.

Jaz, então, em campo tão conturbado, uma silenciosa e pestilenta revolução das ideias. Toda revolução enquanto método é uma busca pelo “homem novo” nos remendos do “homem velho”, e nelas podemos observar mudanças drásticas ao invés de simples retornos sazonais. Haja visto nossa concepção temporal: a História já foi a repetição imutável de um tempo circular; a expectativa messiânica dentro de uma linearidade progressiva; quando ela sempre foi e sempre será a metafisica dramática de um fim indescritível. A verdadeira revolução é o retorno ao princípio pelo fim.

Ademais, o desejo do homem em ser mais que “homem” – o motor propulsor de toda mudança revolucionaria de índole drástica – é, na verdade, uma reminiscência do pecado que deseja a graça. Mas é também um convite - disfarçado - a se despojar de si mesmo. E este é o caminho pelo qual a “razão histórica” se reconhece não como razão da

História, nem mesmo história da razão: mas como coerência interna da consciência que experimenta e expressa o acontecer. A própria consciência coerente que falta à revolução.

O círculo fechado da vida temporal não é tão fechado quanto aparenta a estes "agentes do destino". Ele é penetrado pelas fontes profundas do Espírito. E nossa História estará fadada a ser uma narrativa insossa se não for, também, penetrada pelo grande dialogo deste Espírito, que se inicia com um olhar sincero sobre a ordem do real e se concretiza no "rezar" intrépido de um credo obedecido. Por isso, o olhar deve ser sempre o primeiro a orar.

Porém, é muito cômodo em um período como o nosso viver e pensar a História como algo "natural", quando quase não participamos naturalmente do próprio "mundo natural" do ser homem, que nos impõe a oração. Isso talvez seja a causa da mais hostil nostalgia, aquela que chora o passado como uma ausência de presença ante um futuro absolutamente incerto – mas definitivo. Não rezamos mais, apenas praguejamos.

Por atuarmos exaustivamente no "mundo artificial" dos homens, junto às suas parafernálias psicotécnicas, perdemos pouco a pouco a suave noção de um cosmo objetivo e magico, possuidor de um *Logos*, que está para além do nosso ínfimo pensar
– e paramos de rezar. Isto fez com que a compreensão da História também se enrijecesse, tal a presunção existente ante a falácia sopega do primado do mundo "artificial" sobre o "natural".

Isso porque não rezamos, por não cremos nem mesmo no cosmos, quanto mais em Deus. A oração só pode retornar a nossa atividade frequente se mantermos a lembrança de que homem não é senhor da História, apenas o canal pelo qual ela se faz presente nos dois ambientes.

A oração no plano histórico é o diálogo necessário para o encontro

com o Espírito que habita todas as coisas. Procuramos ele no fundo de nossa História pessoal, mas desconsideramos o fato de que este fundo (onde o espírito habita) é como um túnelno fim da luz. A procura por esse fundo se baseia na necessidade de imprimir sentido aos infindáveis fenômenos captados pela percepção que, retidos na memória e processados pela força da inteligência abstrata, são transmutados substancialmente – passando a fazer parte de nossa estrutura discursiva.

Sem realizar esta ambição simbólica, o homem andará como um fantasma nietzschiano entre arbustos gélidos de suas próprias criações potencialmente niilistas, em sede infinda por simbolizar o estado temporal, tal é a marca presente de uma realidade premente revelada apenas em seu limiar.

Se todo conhecimento começa pelo contato com o mundo "vivido" nos órgãos sensoriais, e só assim elaboramos a imagem ideal acerca da experiencia (capaz de transcender seu próprio círculo imediato), obviamente, está também deverá ser a dinâmica interna do conhecimento histórico. São como formas vivas no espirito do homem. E essas formas imitam o próprio mundo histórico, que é um baluarte imponente edificado sobre o desejo infinito de um Ser Real, cuja vontade inabalável é seu alicerce primordial. Neste momento entramos num plano onde a inclinação religiosa se impõe ante o instinto historicista do homem. Só isto a explica e o sustém.

Vejamos o caso do cristianismo, religião profundamente histórica por ser sustentada pela fé em um fato, um acontecimento humano axial: a encarnação. Tal visão implica numa valorização extremamente positiva do tempo vivido, onde a História passa a ser vista como um modo de concretização do plano divino – uma *economia* destinada à salvação. No entanto, a verdadeira História, aquela que carrega um sentido mais

profundo, não é apenas a sua dimensão empírica e visível que conhecemos através dos eventos e documentos registrados. Existe uma História, em larga medida, inacessível a nossos olhos, que trata do destino espiritual de cada homeme de toda a humanidade.

Essa História, ancorada na eternidade, transcende as limitações do tempo presente e das perspectivas históricas humanas. Ela está entrelaçada à própria ação divina, a Providencia, e guiada por um proposito muito além dos limites terrenos. Nesse contexto, os acontecimentos históricos adquirem significado especial, como peças de um mistério a se desdobrar no tempo.

Para os cristãos, essa compreensão da realidade histórica é essencial para exercer a própria religião, já que a percepção do proposito divino em sua presença constante nos acontecimentos e trajetória temporal humana são cruciais. No entanto, a faceta formal da História, por mais importante que seja, é uma camada fina e superficial da narrativa eterna que está se desenrolando constantemente até sua consumação. Isso convida-nos a uma seria reflexão acerca da natureza do tempo e da própria existência humana.

A percepção da participação num plano divino nos dá um novo sentido e uma nova esperança diante da vida e dos próprios acontecimentos. O cristianismo pode serchamado a *Religião da História*, pois através dele podemos enxergar para além das aparências e mergulhar nos mistérios do destino universal. Sua perspectiva angular nos convida a reconhecer que no fluxo do tempo somos parte de algo maior, mais significativo e presente! em uma História que ultrapassa os horizontes terrenos enquanto simultaneamente nos revela a ação do divino ao longo dos séculos. O cristianismo é a própria historicidade em forma religiosa.

O argumento aqui exposto se baseia no fato gritante que impõe a céticos e crentes o mesmo princípio elementar: a História termina onde a alma refina os seus relicários – a morte. Tendemos a pensar o termino da História como o simples cessar de toda a atividade e atuação no momento da morte, mas sugiro pensar que ele é o refinamento dos intentos passados no tempo onde todos os tesouros estavam à nossa sorte. Assim, encaramos a morte não mais como um absoluto instante, mas como um movimento complexo onde a vida vivida se torna a vida medida. Elucubrações deste tipo são incomuns entre nós que vivemos num século de superficialidades. E isto se deve a crise da temporalidade.

O tempo é a imagem móvel do eterno, já diziam os antigos sábios. Portanto, a redescoberta do eterno no tempo passa a ser um elemento crucial para a boa e sã consciência histórica. Somente compreendendo que o divino se manifesta concretamente na História encontramos o sentido mais profundo (ou, algum sentido!) e significante em nossas concepções temporais, tão secularizadas pela modernidade.

A crise da temporalidade nos legou a ausência do senso do sagrado, consequentemente, de um tipo especifico de imaginação, nos levando a um vazio existencial que busca desenfreadamente significados em esferas relativas. As rápidas mudanças tecnológicas, políticas e sociais iniciadas na época moderna ajudaram a gerar um clima de angustia generalizada, por conta da alta aceleração da vida cotidiana e de uma relação artificial com o tempo. Isto nos desconectou ainda mais do sentido profundo da existência histórica – e de nossa consciência dela.

Em certa medida, este fenômeno deriva dos desafios que o pensamento teológico cristão enfrentou ao lidar com a dicotomia conceptual entre “natural” e “sobrenatural”. Porém, em nossa busca por uma abordagem integrada que nos permita encontrar a presença e ação do

eterno na realidade histórica só será possível através de um retorno a esta mesma tradição teológica e, sobretudo, a seu imenso arcabouço intelectual que trata da temporalidade sob o ponto de vista de sua relação com este mesmo eterno.

Isto porque acreditamos que a tradição cristã tem, de fato, a chave perfeita para a leitura e significação histórica – expressa em sua perspectiva da *economia da salvação*. Tal abordagem nos ajudará a perceber como Deus age na História ao nos oferecer um significado amplo, estável e lucido capaz de harmonizar a experiencia pessoal com o mistério do Cristo e seu corpo universal – a Igreja – desenvolvido no tempo. Só assim poderemos reencontrar o verdadeiro sentido e proposito de nossa jornada temporal, particular ou coletiva.

Reconhecer o eterno no tempo nos permite a conexão com a finalidade última da própria História, pelo fato de vivermos no interstício entre as duas vindas de Cristo. Esta convicção nos convida a aguardar ativamente - com esperança e vigilância - a plenitude do reino, enxergando a temporalidade como uma oportunidade única de regeneração espiritual e união com o eterno. O mistério de Cristo continua a se revelar no tempo, e essa fé nos encoraja a manter nossos corações abertos à ação contínua de Deus na História e a buscar um aprofundamento presente de nossa compreensão dele mesmo.

Só assim a História nos mostrará sua dimensão sacramental, diante de um panorama sobrenatural que reconhece a sacralidade de todos os eventos. Como nossa experiencia do divino começa no plano temporal, é na História que ele se manifestará – nos acontecimentos dotados de significado simbólico – proporcionando razão à nossa ínfima existência. Isso nos permite reencontrar o símbolo formal sintético de peregrinos na terra, pela tensão do encontro entre o

divino e o humano em cada circunstancia histórica. E então, a crise cessará: quando voltarmos a sacralizar nossas concepções históricas por intermédio desta imersão temporal no eterno.

Como ligações momentâneas entre o céu e a terra, somos a linguagem abstrata do eterno no tempo; cedros da imortalidade sustentando o palácio de Deus – a criação, a História. Suas colunas são os anseios do homem em busca de sentido e permanência, pois Deus possui "a" História e não "uma" história, como nós. E por possuirmos uma, nos vemos em risco de cair em seu cárcere: o cárcere da História. O que deveria estar aberto ao influxo do eterno pode se tornar fechado, na redoma de um tempo limitado à noção espacial.

A percepção de um transcurso inviolável e aberto à infindas elucubrações pode tomar o lugar da concepção de perfeição dada no fim glorioso e transubstancial. A História – página em branco a ser escrita por Deus pela pena do homem – de um caminho estreito para o paraíso anagógico pode transformar-se em cárcere acônito de um pensamento em pleno nadir, pois a expectativa que não se completa é a perspectiva de uma porta escancarada às mais densas frivolidades. Assim, uma "história sem fim", torna-se a multiplicidade sem eixo de uma unidade perdida em pasmos devaneios febris. Sem o *Fim*, a História é a maior prisão de todos os tempos.

O verdadeiro valor da História é o tempo. A doação desse tempo deve ser integral se quisermos sobreviver perante o charme da riqueza embevecida, já que a ausência da graça nos impõe a presença do deicídio – amor desmesurado pelo próprio tempo. Pois há um movimento imortalizador na História, que se dá através do ângulo temporal que eleva as coisas de baixo ao derramamento das coisas do alto. Por isso somos reflexos de realidades acima do tempo, invejados pelas estrelas que

contemplam nossas dores ao longo das eras. Mas nós também as contemplamos, porém, num outro nível, nível este que nos espelha suas dores: nunca saberem o que são nossas alegrias.

Nosso consolo, dentro deste mar revolto de aflições e sorrisos mistos, é nossa barca, a barca a fé. E com ela devemos atravessar este mar que é a História, repleto de terríveis seres subaquáticos e belas aves marinhas que sobrevoam nossas pálidas cabeças. Estes são os que denominamos “agentes estáticos”, partes da criação que circundam nossa alma, uns à procura de elevá-la, outros à procura de afundá-la.

A verdade é que nunca saberemos como se dá a formação histórica de um agente estático. Tudo o que podemos saber está baseado nos indícios de sua influência direta e indireta no transcurso da vida humana. Porém, considerando que tudo aquilo que não é Deus é, por definição, limitável e mutável em alguma medida, essa medida deverá ser a o grau pelo qual devemos crer que a História é, para eles também, uma forma simbólica da totalidade de sua participação na eternidade, nunca uma visão direta para além de sua condição criatural. Em termos de História, os anjos também são contingentes como nós.

Um breve olhar para a vastidão do céu, estando na barquinha flutuante no mar da História, pode nos reduzir a uma modéstia rica em consolos. Mas aqueles que decidem saltar às águas e contar somente com o poder dos braços, ou de alguma bóia esdrúxula, tendem a se elevar à reles soberba fria dos náufragos da fé. Estes são os “transformadores de mundos”, sujeitos que não admitem a inteligência da embarcação
- enquanto se submetem voluntariamente ao poder da natureza. E esta é uma forma de morte histórica silenciosa e lenta, caracterizada pela ausência da força sobrenatural que, no fundo, vivifica suas almas no tempo.

Acontece que, quando chegada a hora das núpcias (a separação com o tempo), elas nada mais podem para recuperá-la, e tornando-se desconhecidas eternamente por Aquele que as conheceu desde o princípio.

Por muitos terem pulado da barca, a sociedade contemporânea vive no limiar de um colapso, embora sob a sombra de um alivio lisonjeiro daqueles que se banham próximos à uma ilha de areia prestes a liquefazer. O que a sustenta ainda em riste são os poucos retalhos da antiga e sólida fé, que a sanha voraz da revolução ainda não conseguiu apagar - o coração dos santos que estão “na moita”.

Mas lembre-se: a História real repousa nas mãos de Deus, embora urdida pelo Diabo. E esta é doutrina mais eficaz contra a tecnicismo historicista, sua poética, à margem de tudo e de todos.

A árvore da História

A história é como uma árvore majestosa, cujo tronco representa a fé religiosa, o alicerce que sustenta toda sua estrutura. É através dessa fé que os ramos se estendem, entrelaçando-se em diferentes formas, como as civilizações e suas diversas religiões. Assim como os ramos se entrelaçam, as civilizações se conectaram e influenciaram umas às outras ao longo do tempo, formando uma intrincada rede de experiências humanas que culminaram na Fé por excelência, aquela que unifica toda a extensão do tronco: a Fé cristã.

As folhas desta árvore são as doutrinas sapienciais, que surgem como uma exuberante manifestação da sabedoria divina. Cada folha representa uma revelação, uma luz que iluminou o caminho dos fiéis ao longo dos séculos. Essas doutrinas, preservadas por tradições e povos, são como bálsamos preciosos transmitidos de geração em geração, purificando a compreensão da humanidade sobre Deus e seu plano de amor - "a cura das nações".

Mas são os frutos que simbolizam a realização plena desta árvore. Os frutos são a manifestação do Logos divino, personificado em Cristo, o Filho de Deus. Cristo é o fruto perfeito, o ápice do amor e da revelação divina. Em sua vida terrena, Ele trouxe a redenção à humanidade e ensinou o caminho da santidade através da Fé. Os santos, conformados perfeitamente a Ele, também são frutos que se formam nos galhos da árvore da história pelo testemunho da graça divina dado em suas vidas exemplares, que servem como faróis de inspiração e esperança para todos os crentes.

O solo em que a árvore da história se enraíza é a Providência divina. É Deus, o fundamento de tudo, que sustenta e guia todo seu curso. Através de Sua Providência, Ele tece o tecido das experiências humanas, dirigindo-as

em direção ao cumprimento de Seu plano perfeito. É a unidade entre o desenvolvimento da criação e a ação divina que dá sentido e propósito à história como um todo.

Contemplar esta árvore é testemunhar a obra divina, onde a verdadeira Fé é o tronco sólido; as doutrinas perenes são as folhas que sussurram os ensinamentos de Deus; os frutos são a manifestação e colheita da graça divina; e a Providência, o solo que nutre esustenta sua vida.

Fabula arbor.

O homem contemporâneo e a sombra do Anticristo

Como disse Josef Pieper, "na história espiritual dos tempos modernos, a noção do Anticristo encontrou o mesmo destino que toda a ideia de uma situação final catastrófica na história". É como se vivêssemos seguros de que jamais haverá um vilão ou um obstáculo tedioso à nossa incrível marcha rumo ao progresso! Mas isso é mera ilusão...

O fato é que o homem contemporâneo, imerso em uma sociedade secularizada e imediatista, perdeu a conexão com a realidade do Anticristo como um agente histórico abrangente. E uma das causas dessa descrença reside numa certa crise teológica, que tornou a visão apocalíptica bastante marginalizada dentro de um ambiente guiado pela cosmovisão científica negativa. Isto relegou, quando muito, há algumas "seitas cristãs" a incumbência de pregar sobre ele - quase sempre num tom exagerado e disforme - como numa adoração catafática a seu espírito.

Na tradição teológica ainda revigorada, o Anticristo era entendido como uma mescla de forças políticas, sociais, culturais e espirituais, nunca como algo puramente etéreo pairando em situações históricas isoladas. Ele personificava a plena negação do Cristo, a sedução do poder terreno e a corrupção moral numa compreensão que o investia de caráter autoral - como agente histórico - reconhecendo suas manifestações de modo empírico e orgânico ao longo dos tempos. Negar sua existência ou simplificá-la é arriscado demais para a fé e a dignidade humana.

Enquanto o estado de confusão conceptual impera, a sombra do Anticristo penetra a humanidade contemporânea através de sua presença real nas estruturas sociais e mentalidades coletivas. Neste âmbito podemos observar o homem contemporâneo imerso nela; tranquilizado pela falsa

certeza de que sempre haverá um avanço e nunca um retrocesso; repousando distante do pensamento perturbador de que "o Anticristo é parte da história".

No entanto, é preciso despertar desse sono e reconhecer a urgência de enfrentar a presença maligna que nos rodeia - não apenas em espírito, mas em corpos! Somente assim poderemos estar preparados para resistir e encontrar a verdadeira segurança na esperança que vem de Cristo, o verdadeiro Senhor da história.

A transição

Ao longo dos últimos séculos a história da filosofia testemunhou uma transição significativa entre o primado da verdade, defendido pelo realismo, e a ascensão do relativismo. A filosofia clássica e medieval sustentava firmemente a existência de uma verdade objetiva, ancorada na correspondência entre as proposições e a realidade. No entanto, o cenário filosófico começou a se transformar após o Renascimento e, especialmente, com o surgimento das filosofias nominalistas.

O advento do nominalismo trouxe uma mudança profunda na compreensão da verdade. Filósofos como Guilherme de Ockham argumentaram que a verdade era uma construção humana, dependente das convenções linguísticas e das perspectivas individuais. Essa perspectiva, ganhando espaço, começou a abalar os fundamentos do realismo, dando origem a uma visão mais subjetiva e contextual da verdade.

O iluminismo do século XVIII desempenhou um papel crucial na disseminação deste relativismo, transferindo-o para a esfera da cultura e da sociedade ao enfatizar a autonomia individual, a razão e a liberdade de pensamento. Essa valorização da autonomia levou a uma valorização crescente da diversidade de opiniões e perspectivas, contribuindo para seu florescimento ainda maior.

A partir de então, a tentação relativista se estabeleceu no domínio das ciências. Nas naturais, a busca por leis universais permaneceu como um ideal, mas o enfoque na subjetividade e na relatividade de certas observações e interpretações ganhou espaço. Nas humanas, o relativismo teve uma influência ainda mais profunda: antropologia, sociologia, história e outras disciplinas começaram a adotar uma abordagem culturalmente

relativa, considerando a diversidade de crenças e valores presentes em diferentes sociedades.

Esta "queda" das ideias começou conceitualmente na filosofia e com o passar do tempo se espalhou a todas as camadas da cultura e da sociedade, até se consolidar no domínio científico. "Pluralismo" e "diversidade", de perspectivas intelectuais, passaram a valores fundamentais da civilização e verdadeiros dogmas da metafísica fenomenista das ciências.

Eis a transição que nos fez filhos pródigos da verdade e crentes prósperos da opinião.

História & Pessoa

A união do sentido da história com o senso de "pessoa" é fundamental para evitar a perversão conflituosa do niilismo historicida. Por um lado, ela é necessária para que o homem aja de forma verdadeiramente humana, transcendendo sua existência animal; por outro, para que a história não seja apenas uma aventura caótica ou uma novela ideológica ininteligível e injustificada.

Para tal, uma ação autêntica deve ser buscada, um tipo especial de ação que possua um fim superior e que não seja limitada às meras convenções vulgares perpetuadas pela cultura contemporânea. Este é um requisito prévio para o homem atingir, com o máximo grau de consciência possível, o que lhe está disponível e reservado: a criação de uma obra eterna através de um símbolo formal sintético.

Ao recuperar plenamente este tipo específico de consciência, o homem irá compreender o que há de absoluto e sagrado em sua pessoa. Ele contemplará o paradoxo de sua singularidade em contraste com sua vocação universal, vivendo a certeza inquietante de que uma pessoa é tanto um momento fugaz no tempo quanto um canal onde reside o centro eterno do universo.

Portanto, a verdadeira união entre o sentido da história e o senso de pessoa reside no reconhecimento da importância da ação humana que busca fins superiores; na compreensão da história como algo inteligível e justificado; e na plena conscientização de si mesmo como um ser singular e universal, temporal e eterno simultaneamente.

Essa é a verdadeira metafísica da história que nos permite transcender as limitações de uma existência meramente animal e buscar, numa atitude visceral, ir além das limitações simbólicas impostas por uma era obscura e sem sentido - que se entrava em nossos corações qual Leviatã apoplético.

A razão histórica

A "razão histórica" refere-se ao princípio ou à lógica subjacente aos eventos e desenvolvimentos históricos. É a compreensão de que a história possui um sentido, uma ordem e uma coerência interna, em contraste com uma visão puramente aleatória ou caótica dos acontecimentos.

A noção de razão histórica implica que há uma racionalidade subjacente aos processos históricos, seja por meio de causas e efeitos, padrões recorrentes, lutas sociais, forças econômicas, ideias em evolução ou outros fatores. Ela sugere que os eventos históricos não são meramente acidentais ou aleatórios, mas estão conectados por uma estrutura ou direção subjacente.

A razão histórica pode ser abordada de diferentes maneiras por diferentes teorias ou perspectivas filosóficas. Alguns teóricos a veem como o resultado de uma dialética de forças opostas, em que há uma progressão ou síntese em direção a uma resolução superior. Outros podem enfatizar fatores econômicos, sociais, culturais ou políticos como impulsionadores do curso da história.

Essa ideia de razão histórica não implica necessariamente uma previsibilidade completa ou uma determinação rígida dos eventos futuros. Em vez disso, aponta para uma compreensão de que a história possui uma coerência e um sentido que podem ser analisados e interpretados, permitindo uma melhor compreensão do passado e até mesmo a possibilidade de extrair lições para o presente e o futuro.

Porém, em nosso método, a "razão histórica" não se refere à razão da história nem à história da razão. Ela representa a coerência interna da consciência que vivencia e expressa o fluir dos acontecimentos. A razão histórica é entendida, aqui, como a compreensão intrínseca e integradora da

consciência em relação aos eventos, capturados na experiência e expressados como história. É a percepção e expressão da ordem subjacente, da lógica e do significado que permeiam a consciência diante dosdesdobramentos históricos.

Por isso, encaramos a razão histórica não como um fenômeno externo a ser captado, mas sim, como a conexão "metafísica" entre a consciência e o acontecer, dinâmica que permite uma compreensão mais profunda e significativa da nossa experiência no tempo.

A parábola do joio é a moral da História

A parábola do joio expressa, entre outras coisas, um poderoso simbolismo que aponta para um elemento moral na raiz do processo histórico. Ao comparar o joio e a boa semente que crescem juntos no campo, ela revela a inevitável coexistência do bem e do mal no mundo histórico como condição para a "escolha moral", que têm função angular na determinação futura do destino pessoal.

A presença do Filho do Homem como aquele que semeia a boa semente do Reino simboliza a graça providencial que propaga os princípios divinos no tempo histórico, enquanto o diabo, representado pelo semeador do joio, as tentações e as forças que nos afastam deles. Isto nos revela que a tensão humana entre o bem e o mal será sempre constante até o fim dos tempos, na colheita, julgamento divino onde haverá a separação dos justos - para brilharem no celeiro do Reino de Deus - e dos ímpios - para arderem eternamente na fornalha de fogo. Esta é a curva da história onde as decisões morais serãoratificadas.

Ao relacionar essa parábola com a "moral da história", podemos entender o sentido da mistura entre o bem e o mal ao longo dos tempos como um fator estimulante para o desenvolvimento de nosso critério decisivo. Sim, pois a persistência da vigilância e dos esforços constantes para seguir o caminho da retidão e da justiça derivam do próprio cenário de oscilação entre momentos de virtude e corrupção. Eis o reflexo da presença das "duas cidades" agostinianas, que coexistem em nossas ações e escolhas através da tensão que nos impõe sempre as mais graves escolhas.

A mensagem dessa parábola é seriamente profunda, já que nos alerta sobre a importância de fazer escolhas sábias devido ao caráter de irreversibilidade do tempo e irrevogabilidade de nossos atos, mesmo os

perdoados. Cultivar a semente da graça em nossos corações e no mundo através da ação moral é o caminho para alcançar o fim justo da história, que implica a necessidade da livre iniciativa e boa escolha.

A parábola do joio pode ser encarada como uma síntese simbólica da finalidade histórica em sua relação intrínseca com a moralidade humana.

Duas cabeças da Hidra contemporânea

Liberalismo e marxismo são duas cabeças da mesma Hidra: o domínio implacável do sistema financeiro. Ambos são alimentados por uma estrutura que corrompe o espírito humano, transformando as relações sociais primárias em meras relações empresariais oupolíticas secundárias.

Os especialistas liberais e marxistas, movidos pelo mesmo sistema financeiro, não hesitam em sacrificar milhões de vidas humanas em nome de suas crenças ideológicas, ambas enraizadas na busca pelo poder e supremacia. Essas ideologias, apesar de aparentemente distintas, compartilham a mesma base de valores em que o poder, a competição e a dominação são consideradas prioridades - relegando a importância das relações sociais primárias ao segundo plano.

A influência nefasta do sistema financeiro é tão perversa que é capaz de obliterar e desintegrar a espiritualidade humana através destas ideologias, desviando a atenção das conexões genuínas entre os indivíduos e substituindo-as por relações puramente utilitárias. Como resultado, a humanidade é escravizada pela adoração a esses dois ídolos: o poder e a acumulação material.

Nesse cenário, todas as formas de relações primárias, como a família, a comunidade e a religião, são subjugadas e enfraquecidas, enquanto as relações empresariais e políticas ganham terreno e se tornam o padrão dominante. Uma visão maquinária da civilização, impulsionada pelo sistema financeiro, tem despedaçado a essência humana, deixando-a vulnerável ao controle das forças dialéticas do poder ideológico.

Assim, podemos perceber que sob o domínio do sistema financeiro, tanto o liberalismo quanto o marxismo se alimentam dessa estrutura opressiva proporcionada porela, onde a verdadeira essência da humanidade

fica aprisionada e seu espírito subjugado
- deixando um rastro de desumanização em nome da busca desenfreada pelo domínio civilizacional.

Um breve olhar sobre a história recente nos leva a perceber que, no mundo contemporâneo, a experiência temporal da civilização está sendo devorada pela grande Hidra do sistema financeiro e suas duas cabeças, que rebaixam o homem ao nível mais artificial de existência: o "terrenismo" extremista das relações políticas e empresariais.

Concepção angular do tempo

A compreensão da natureza do tempo tem sido um desafio constante para os homens ao longo da história. Duas perspectivas notáveis se destacaram: a concepção cíclica e a concepção linear.

A concepção cíclica do tempo considerava que os eventos se repetiam em ciclos regulares e eternos, implicando em pouca importância para história. Esses ciclos não eram vistos como meramente repetitivos, mas significativos, por isso a necessidade de uma transposição simbólica em formas rituais. Os mitos e rituais eram veículos para acessar a dimensão transcendente do tempo, permitindo que o homem participasse dos padrões eternos através de ações primordiais. Esta concepção do tempo era a do homem antigo em geral.

Em contraste, surgiu a perspectiva linear do tempo, em que a história universal era vista como um processo irreversível e progressivo marcado por um movimento em direção a um fim teleológico, um ponto culminante de sentido e realização, uma verdadeira história. Nessa visão, o tempo era caracterizado por um sentido de progresso e evolução contínuos em que a humanidade marcha para o futuro em busca de um propósito maior. Esta era a concepção desenvolvida no seio da religião hebraica.

No entanto, acreditamos que, para além dessas duas percepções emergiu uma outra trazida pela concepção cristã baseada na encarnação do verbo e fixada em sua ação sacramental. A encarnação do verbo implica que o divino se manifestou na forma humana

de Jesus Cristo, tornando-se parte integral da história e dando a ela um sentido vertical - "presentificado" por ações sacramentais. Tais ações se configuram como momentos temporais sagrados e regulares que operam como canais visíveis para a graça divina fundir o mundo histórico ao

metafísico, a eternidade ao tempo cíclico e linear.

A ideia angular do tempo é aquela em que a encarnação do verbo, por intermédio da sua ação sacramental, une o tempo linear ao tempo cíclico num ângulo vertical presente, tornando o homem partícipe ativo no cumprimento de um propósito final através dos padrões temporais.

E esta é a função da "pedra angular da história": formar um ângulo reto entre as massivas paredes do tempo cíclico e do tempo linear.

A "sublime" escravidão

Na história da humanidade a escravidão tomou várias formas e contornos, evoluindo de sistemas de servidão material até às mais etéreas amarras de nossos tempos. Hoje, nos deparamos com a mais sublime escravidão, que difere fundamentalmente do escravismo antigo e da servidão medieval pela sua sutileza e penetração na "psique social". Essa nova forma de escravidão está enraizada na prática da usura e na obtenção de um verdadeiro tesouro: a dívida exponencial.

O escravismo antigo e a servidão medieval eram caracterizados pela exploração material dos indivíduos, seja através da propriedade pessoal ou da vinculação contratual à terra. No entanto, a prática escravista vem assumindo há alguns séculos não só uma nova roupagem mas um novo estatuto, onde as correntes são invisíveis e as amarras financeiras substituem as correntes físicas. Essa forma de escravidão é alimentada, em grande parte, pela dívida bancária e pela submissão silenciosa ao sistema financeiro.

Ao contrário dos sistemas anteriores onde a escravidão era uma instituição claramente admitida, a escravidão sublime ocorre de maneira clandestina e disfarçada, explorando as vulnerabilidades das vítimas sob pretexto da prestação de serviços à sociedade global. Mas na verdade, longe de ser um mero "serviço" este é um método draconiano de manter as pessoas aprisionadas em uma teia de dívidas fraudulentas constantemente infladas por juros abusivos. Dentro deste ciclo vicioso, seus servidores são mantidos em condições de exploração contínua e perpétua acreditando piamente que são "clientes" - e não escravos. Aliás, a própria distinção clássica entre "senhor" e "escravo" é totalmente dissolvida nesse contexto, pois até mesmo o mais ilustre membro deste sistema se encontra escravizado por ele.

O sistema financeiro usurário é o catalisador desse ciclo insidioso que, com sua oferta exorbitante de créditos baseada em taxas abusivas de juros, aprisiona os indivíduos em um ciclo interminável de dívidas. Aqueles que buscam escapar dessa armadilha descobrem a completa impossibilidade ao perceberem que a sublime escravidão não é uma instituição a mais na civilização, mas ela própria.

Riqueza bancária é dívida humana.

A dupla face da História

A história da humanidade é uma rede vertiginosa de eventos marcada pela tensão constante entre o "que foi" e o "que será". São duas faces de uma mesma moeda, entrelaçadas no teatro do tempo, como concebido por Agostinho - onde o presente age como uma figura da eternidade entre o passado e o futuro.

A filosofia agostiniana do tempo nos oferece uma visão profunda das dimensões temporais e espirituais da história. O presente, como uma ponte entre o que já não é (passado) e o que ainda não é (futuro), sustenta a experiência temporal humana. Essa perspectiva nos convida simultaneamente a contemplar duas direções morais que coexistem nela ao longo das eras.

No plano da "Cidade de Deus" e da "Cidade Terrestre", Agostinho retrata essa tensão. A "Cidade de Deus" representa a comunidade da graça divina, enquanto a "Cidade Terrestre", a dos pecados e fraquezas humanas. Essas cidades coexistem entrelaçadas no palco da história, ilustrando a tensão temporal entre o divino e o terreno.

O mito de Janus, o deus romano com duas faces, também serve como símbolo dessa realidade. As duas faces de Janus indicam duas direções contraditórias, mas igualmente reais na história humana. Como Janus, olhando simultaneamente para o passado e o futuro, a humanidade se equilibra entre o que foi perdido (no pecado) e o que pode ser alcançado (na graça).

Na trajetória da história, pecados são cometidos, erros são repetidos, mas também percebemos sinais da graça e redenção. Essas duas faces, como as cidades de Agostinho, são como possibilidades escatológicas que moldam o destino da humanidade. Sua ambivalência é parte inerente da

experiência humana de peregrinação espiritual que se desenrola no tempo.

Entre pecado e graça, podemos olhar para o passado como um campo de aprendizado, e para o futuro, como um caminho de esperança, reconhecendo que a dupla face da história é o que nos convida à verdadeira liberdade de escolha: *entre o "amor de si" ou o "amor de Deus".*

Fecundidade poética da história

A história é uma propriedade ontológica refletida nos eventos, personagens e sociedades ao longo dos tempos. Por isso, ao olharmos para além de seus meros registros frios e lineares podemos perceber sua verdadeira essência, que, não está apenas na factualidade dos acontecimentos, mas sim, em sua capacidade de transmitir um certo "sentido". É aqui que a poética histórica se revela como uma lente crucial para sua compreensão profunda.

Desde tempos imemoriais poetas têm erguido suas penas como pontes entre os séculos, transmitindo emoções, dilemas e triunfos humanos de uma era para outra. Foi assim que Homero, em sua "Ilíada" e "Odisseia", transcendeu a mera crônica imortalizando não apenas batalhas e viagens, mas as complexidades da condição humana. A poesia épica foi responsável por enlaçar fios narrativos e sensibilidade artística, oferecendo-nos uma visão mais profunda e vívida do passado histórico.

A escrita histórica convencional muitas vezes se afunda exclusivamente em análises objetivas, negligenciando a riqueza subjetiva que só a poética pôde nos revelar. Ao considerarmos os versos apaixonados dos poetas, nos expomos à compreensão não apenasdos eventos, mas da paixão e fervor que inflamavam os corações naqueles tempos tumultuosos. A poesia, assim, torna-se uma arqueóloga da emoção humana, desenterrando movimentos da alma que moldaram destinos e ações.

Uma perspectiva poética da história enxerga na natureza das experiências individuais a chave para decifrar os anais da humanidade. Ao transcender o frio rigor da análise cronológica e empírica, a arte poética tende a uma compreensão mais profunda que desvela os ritmos pulsantes que moviam as eras - ao assumir o papel da própria testemunha ocular:

registrando em si as marcas invisíveis deixadas pelo tempo.

Ao aceitarmos a fecundidade da poética para uma compreensão mais penetrante da história, poderemos repensar a estrutura mental científica - e até filosófica - que postula a predileção empírica como bastiã de todas as perspectivas do acontecer.

A poesia é bem mais do que um elegante encadeamento de palavras. Ela é, antes de tudo, uma harmonia anagógica de eventos.

Civilização e declínio

A civilização surge dos valores adquiridos em um núcleo familiar, mas só floresce se, e somente se, se manter fiel a esta origem fundamental.

Paradoxalmente, muitas das sementes do sucesso também carregam consigo os germes de sua própria decadência. É exatamente num momento de ascensão que qualquer civilização pode plantar as sementes de sua própria destruição. O sucesso muitas vezes traz consigo a complacência e a desatenção aos sinais de vulnerabilidade, tornando possível seu declínio. Esta é sua forma de ser.

O elemento político é crucial para o florescimento de uma civilização, porém, os sistemas políticos bem-sucedidos podem eventualmente se tornar estáticos e corruptos. A falta de adaptação a mudanças sociais - e até naturais - pode resultar em crises internas que abalam os alicerces de uma sociedade. Isto significa que a civilização está subordinada, intrinsecamente, aos valores metafísicos que a fundaram e mantiveram ao longo do tempo.

Há também o papel das guerras e conflitos. Enquanto os triunfos militares muitas vezes contribuem para o apogeu de uma civilização, a busca incessante pelo poder e a militarização desmedida podem ser catalisadores de sua queda - exaurindo recursos e minando sua estabilidade interna. O mesmo que dizer: a violência física denota a violencia simbólica subjacente.

É por inetrmédio dessas duas instâncias que a mudança cultural parece se tornar o ponto focal para a ascensão ou queda de uma civilização. Embora a cultura seja um impulsionador do desenvolvimento, as mudanças culturais abruptas ou a perda de identidade são fatores que tem poder de desencadear um declínio irreversível. A história mostra que a civilização

que perde suas raízes culturais de base familiar é a que mais rapidamente se lança à deriva, por perder a coesão interna entre os valores metafisicos e a estrutura mínima de base que a mantém firme.

Percebemos facilmente a correlação entre isto e a perda da compreenção de sua própria história. A falta de flexibilidade para se adaptar aos desafios temporais; a visão míope acerca de si mesma; e a incapacidade de evoluir perante seus elementos antagônicos determinam seu declínio, na mesma medida em que obscurecem sua memória e ligação com o passado transmitido.

Em síntese, há uma complexidade intrínseca no ciclo histórico das civilizações que está ligada ao declínio das fórmulas metafísicas e suas respectivas representações empíricas de base. Ao prosperarem incrivelmente elas inevitavelmente enfrentam riscos latentes que, se negligenciados, podem resultar em sua decadência e morte. A capacidade de aprender, evoluir e manter um equilíbrio delicado entre estabilidade e adaptação torna-se a chave para compreender a causa de todo declínio: *a falência dos valores herdados do núcleo familiar fundante*.

A História é Natal

O Natal é um evento que transcende a contingência cronológica, mas que se dá nela. Tendo uma natureza única de mistério, ele guarda sua razão de ser na fusão entre realidade espiritual e acontecer histórico. Por isso seu traço essencial está colocado dentro de um gracioso paradoxo: o Natal é tanto um acontecimento único quanto uma dinâmica repetitiva da história. E isso se dá de duas formas.

De forma geral, o Natal aconteceu num tempo preciso, num dia preciso de uma época precisa, portanto, ele é um fato histórico da ordem temporal. Porém, de forma particular, ele se apresenta perenemente no amplo contexto da experiencia espiritual do homem que transcende a própria temporalidade. Isto equivale a dizer que o Natal é um ciclo litúrgico coletivo enraizado na pratica devocional de caráter íntimo. E esta essência mista de eternidade e historicidade do Natal que é expressa, inequivocamente, pelas santas imagens do Evangelho.

Uma das mais marcantes é a peregrinação da Sagrada Família até Belém, pelos caminhos tortuosos da via no tempo. Ela representa a humanidade universal, mas sobretudo, o homem singular em marcha até seu princípio e fim. Nela podemos observar uma síntese da história humana dentro de um contexto de salvação.

São José a frente, guiando o burrinho em que se assenta a Santíssima Virgem Maria gestando o Verbo, é a imagem da inteligência reta, viril e dócil à verdade em seu enfrentamento aos obstáculos da história. Ele tem a alcunha de guiar toda a família - seja pela fé eclesial (forma geral), seja pela fé pessoal (forma particular).

Logo atrás está o veículo de viagem, as potencias animais do burrico. Sem ele a trajetória não poderá ser feita pelo simples fato de a contingencia histórica exigir tal dimensão de suporte. O burrico segue São José, sendo dócil à sua condução. Ele tem como objetivo manter a caminhada em curso

– seja pela instituição visível da Igreja na espera da Parusia (forma geral), seja pela constituição física da pessoa em expectativa deressurreição (forma particular).

Sobre ele está a Santíssima Virgem, reduto puro e santo onde o Verbo deve se instalar para ser amado: a vontade. Somente ela pode ser passiva o suficiente para se

deixar guiar pela inteligência, que a dirige pelo suporte das potencias animais. Ela tem como objetivo a gestação profunda na vida espiritual que é caridade – seja pela união sacramental da Igreja (forma geral), seja pela piedade da devoção interior (forma particular).

O destino de tal comboio natalino é, sem o saber, a gruta: lugar inóspito, escuro, repudiado. Este lugar é a escuridão da fé, onde o nascimento se produz. Somente neste lugar esquecido pelas luzes do mundo a verdadeira luz pode nascer e irradiar sua vida a todos os outros. Isto se deu no tempo em que nasceu o Salvador; se dá anualmente pela liturgia universal da Igreja; e, também, pode se dar pela prática diária da oração constante e cada vez mais profunda. A gruta de Belém é a Igreja (forma geral) e alma orante (formaparticular).

Tal é o caráter único do Natal: ser um fato histórico especialíssimo que se repete não acidentalmente, mas substancialmente, através da liturgia universal e da devoção particular.

A verdadeira História é Natal, um nascimento de significados superiores no tecido do tempo.

O hilemorfismo do acontecer

A teoria clássica que postula a composição essencial de todos os entes em matéria e forma é uma lente valiosa para interpretar a tênue realidade daquilo que denominamos “acontecer” – elemento crucial para o entendimento do que é a História.

O hilemorfismo - "hyle" (matéria) e "morphe" (forma) - postula que tudo o que existe é composto por duas instâncias fundamentais. Na Grécia Antiga essa doutrina foi essencial para compreender a natureza intrínseca dos objetos e entidades.

Se inserirmos essa perspectiva à noção de "acontecer", desvendamos algo sobre a complexidade da História enquanto atualidade que age sobre o potencial de significado do movimento e do tempo nas coisas que são.

Ao atribuir ao "acontecer" o sentido hilemórfico, a matéria passa a ser o substrato dinâmico presente no ser das coisas. O “acontecer”, nesse caso, não pode ser compreendido apenas como o fluxo de eventos em si mesmos, mas como a manifestação incessante de uma transformação ontológica da matéria que aguarda ser efetivada por uma forma superior de existência. O movimento e o tempo, inerentes à esta “matéria”, assumem, então, o papel de paciente aguardando um agente para se tornarem, de fato, realidades significativas, completas e extensivas para além de si mesmas.

Saem do plano caótico do movimento e das causas para o reino harmonico do sentido dramático.

Ademais, a forma, no contexto do "acontecer", adquire dimensão mais ampla e complexa. Ela transcende a mera manifestação física do dinamismo, se inserindo na esfera do testemunho, da compreensão e do símbolo - da História. Cada evento e cada instante que compõem o tecido do tempo carregam consigo este potencial de forma que só pode ser dado no seio de uma consciência que vê e verbaliza.

A forma, assim entendida, se realiza como símbolo narrativo conferido aos acontecimentos (interpretação que molda nossa compreensão dopassado no presente prenhe de futuro).

Nesse sentido, a História se configura como a ação consciente que dá forma final à matéria do acontecer. Cada encadeamento de acontecimentos é esculpido por nossa experiência perceptiva e reflexiva que lhes dá identidade acima da mera existência empírica.

A interação sintética entre movimento temporal e forma dada na consciência é o próprio vislumbre que revela a possibilidade de significados e sentidos.

Escatologia, essência da história

A escatologia, que trata das últimas coisas e do destino final do homem, não têm apenas uma função teológica ou dogmática. Ela possui um papel absolutamente crucial na compreensão da história em sua totalidade.

Ao examinar a história sob uma perspectiva escatológica, é possível perceber uma sutil conexão entre os eventos temporais e um propósito inteligente. Neste caso, não apenas como uma sucessão de eventos aleatórios, ou uma cega sequência linear de acontecimentos. A história aqui é vista como *dynamis* em direção a um fim determinado voluntariamente. Só isto lhe confere caráter teleológico: quando cada evento e período histórico são percebidos como parte de um sentido maior de promessa e cumprimento.

Com tal perspectiva, a ressurreição dos mortos - pilar central da fé cristã - adquire uma dimensão metahistórica profunda. Não só como um evento futuro a ser aguardado, mas sobretudo como uma realidade influente que dá sentido ao fim do homem desde o agora. Nesse sentido, escatologia tem como objetivo *a coerência interna da narrativa histórica atual*.

Sua interação com a liturgia também revela a essência escatológica da história. As celebrações litúrgicas são, muito além de rememorizações periódicas, manifestações tangíveis de um poder historicamente presente. Através da liturgia somos convidados a participar antecipadamente da realidade eterna, ajudando a tornar presente - em suas vidas cotidianas - a promessa escatológica de redenção e comunhão plena com Deus.

A liturgia é o veículo vital entre a temporalidade e a eternidade, caminho que reafirma o caráter escatológico inerente à compreensão histórica.

Necessariamente, a perspectiva escatológica oferece uma compreensão objetiva da história; revela-a como drama de redenção e

restauração em que cada acontecimento, por mais trivial que pareça; significa no tempo algo para além de sua manifestação particular - *e das pretensões argumentativas dos homens em sua ciência histórica*.

O pretérito em nós

O passado é um inferno querido, já dizia um velho amigo meu que, de tão velho, não se recordava mais do necessário: estar presente a esta imensidão de imagens e afetos, a este inferno que arrastamos na memória - o pretérito em nós.

O maior perigo a que está acometido o pobre servo de Deus, o homem, é se perder diante desta tempestade negra que o persegue de perto. É não olhar para trás - ao contrário de Ló - e virar estátua de sal, de sal insípido. Pois, este "olhar para trás" não se resume à mera recordação, ou à simples lembranças. Ele é eminentemente o *olhar para si*, o olhar por excelência, talvez, o único olhar possível.

Há em nós uma vida que não pode mais ser vivida, mas que ainda sim vive quase que independente, permanente que é por razão de nossa modalidade de presença - ser sem cessar. Somos presença irreversa, anversa ao dolo, um ponto receptáculo que se move e engendra sinais inesgotáveis. São estes sinais que sustentam o *perseguidor*, aquela vasta esfera de irradiação que nos segue e é capaz de assombrar e aquecer; formar e aquiescer um espectro de nossa consciência ainda em suspenção. Por tal, jamais sairemos das sombras desse agressor se a luz do futuro não brilhar mais que as suas lôbregas reticências.

O homem é a vítima perfeita de si mesmo. Ele próprio é seu carrasco, ele próprio é sua platéia em chamas privilegiando o espetáculo da execução. O que ele designa como algoz nada mais é do que o desconhecido eco das palavras de sua autoria, esquecidas, incapazes de reconhecimento - e insuportáveis por razões práticas. Sendo assim, o que o acompanha na cerviz, além de Deus e do diabo, é sua miséria sustentável, um ócio reflexivo de caráter juvenil. Por isso não basta ser *homem*, é necessário não sê-lo algumas vezes.

E o que significa *não ser homem*? No contexto de sua mácula mnemônica, significa *ser objeto*. Objeto de escrutínio, não de sua angústia amnésica, sim do alvor clarividente de Deus. Buscar o resgate das fases sucessivas que se foram - e vivem autônomas - em Sua voz, em Seu desígnio. Não há o que fazer quando a natureza faz apenas o que lhe foi ordenada. Para além disso, somente os braços estendidos em resposta ao critério de exumação em que estamos fadados.

Em sua fuga do presente, e em seus sonhos do além, o homem se esquece da parte fundamental: o obsoleto que é. Este é o personagem mais fiél de sua pobre vida psicológica. Ele está sempre um passo atrás; nunca adiantado no tempo; vez por outra, pregado aos olhos do mais feliz. O obsoleto é a parte humana mais humana, a membrana fina que, se rompida, revela um interior contido e conflítuo. Tudo o que há nele é dele, caso não tenha nos concebido. Mas tudo que é concebido à partir dele, por ele, é esquecido. O obsoleto é o que nos une ao perseguidor, e ambos somos nós.

Eis o mistério: aquilo que mais nos importa é medida de desprezo do mais requerido. O passado arguido, o remoto insólito, o pavor contrito. Nosso perseguidor é justamente o nós que nos separa do nada. Um obsoleto que ri da auto suficiência errática do trovador sem cordas. Cadáver gélido, porém, ditoso.

Sabemos a razão de nossos entulhos emocionais quando o retrovisor está bem posicionado, já que a reflexão é tudo para quem desconhece de onde veio. *Não olhe para trás, siga em frente!* Eis o lampejo das enojadas turbas. São elas que nos adoram sobre o anverso de seu martírio e nos impedem de olhar o caos sempiterno do distante sussurrante. Enquanto ouvi-mo-as, seremos escravos de nossa obra. Talvez por isso, tememos perder o presente - por um assalto do futuro impedido.

O que nos resta senão a História, mestre sem róseas, frontispício do

infinito? A História não são os anais e alfarrábios carcomidos dos dendoclatas do destino, mas o horror revolvido do pretérito em nós. Ela é o mito que jaz à sombra do inconsciente, aguardando um mago, um sábio! que lhe restitua a atuação. Enquanto isso ela predomina e domina como um incêndio; se faz de vítima enquanto vomita suas parodias; quando é ósculo, porquanto sóbrio é nossos bocejos. Somos seu mestre, destituído de todos os afazeres.

Assim, somos reféns de um campo absurdamente confuso de memórias, imagens e discursos ecoados pelo amontoalhado de itens profusamente sombrios e estiolados. Estes, subjazem no fundo do oceano obtuso de nossos pensamentos. Câmaras e fundas grotas do imaginário esgotam nosso ânimo ao recolherem todo o conjunto de cenas que antes foram vida vivida, e agora, vivem convertidas por uma procrastinação mórbida. Como acabar com o império do átrio monstruoso que nós mesmos criamos pela falta se circunspecção?

Ser objeto, está é a atitude correta. E objeto pleno de ignorância e evasão. O homem que se entrega ao destino não discute o passado, senão por conveniência ao que há de vir. O passado não é discutível. Ele é a própria e absoluta ausência de argumentação. Nós somos seu objeto, mas temos de roubá-lo nesse sentido. Devemos nos impor com um ato de rebeldia que diz: não desejo mais o *quem fui*, mas o *quem serei*. Tirar do passado sua agrilhoada feição e se devolver a Deus como seu objeto estrito.

Tendo em vista o *perseguidor*, o *obsoleto* e a *atitude* apropriada, podemos avançar no amargo da questão humana: como estaremos após o tempo? É mister perceber que além do bloco conciso e tartamudeante de memórias, sonhos, estímulos e saturações sensíveis que nos persegue há, também, um assustado fantasma de olhos vedados, que não vê o momento de se emancipar do ruidoso clã de histerias que o gerou. Essas duas realidades - ambiente e ambientado - são a face plausível do pretérito em

nós. E são elas que devem ser libertas pelo desprezo, pela unção, pelo desejo e pelo martírio, até o momento em que o tempo for um de seus elementos.

Pelo desprezo, arcar com a dor de não ser senhor de si mesmo; pela unção, marcar o penhor que certamente fará do inabarcável uma simples e compreensível imagem; pelo desejo, significar a morte de tudo e a emergência de uma vida anônima; e pelo martírio, aguentar o golpe! Isto é o que deve pender sobre a ausência do tempo e a anuência do espaço, a liberação mais incólume de todas. Uma tarefa impossível ao homem.

A biografia é nossa inimiga nesse intento. Mentimos demais, mentimos às forras! Quem proclama a biografia o fármaco feliz para todas as discórdias não sabe o que diz, e se sabe, não sabe o que pede. Ela nos incita ainda mais a mentir, fingir ou fantasiar louros de glória. Nos conduz ao apreço vão de mixórdias insignes enquanto nos brilha os olhos na louca apreciação de tudo. Deixe-mo-las aos prognósticos de vidas ilustres e pratiquemos a narrativa encarnada.

Que os abutres da literatura andrógina não me peçam a cabeça! São eles os amantes das letras e dos vindimos trotes, os emasculados de ouro e visom - os quais não pretendo embotar a inteligência, ou a diligência, com adágas de tão pouco fio. O que me proponho é lembrá-los, de uma vez por todas, que o conjunto das artes e proto ciências servem- nos em caráter provisório, ínfimo, propedêutico e, com muita agonia, sintético.

Contudo, jamais considerarei o artifício humano um sacrilégio à realidade, embora ei de convir: sua sacralidade é sempre liliputiana.

Em se tratando de realidade, bem pouco podemos diante dela. Principalmente em se tratando de passado e revisão escrutínea. Sabemos o quão pobre é nossa mente que esmola um pouco do acontecido. Poucas moedas caem na lata - poucas, mas não nulas. Algumas nos fazem obter

refeições exuberantes, embora a maioria nos deixe de língua interdita. No entanto, a miséria é nossa condição irreversível e diversa. Estamos como um alvo de cores lustres em plena guerra de mentecaptos. A qualquer momento um tiro an fronte nos conduz à uma determinada lembrança, que pode ser tênue, profunda, quente ou sepulcral.

A tênue, nos acaricia por breves momentos enquanto evade para o anonimato; a profunda, nos impor certo medo de não ter indícios que a deponha frente o tribunal mais justo; a quente, é apenas um ditoso musgo que se cola à nossa sensibilidade sem tocar; mas a sepulcral, é a porta de entrada para o âmago obscuro do pretérito em nós.

Quem nunca foi surpreendido por uma recordação deliciosa de sabor necrosado? A memória faz o homem - e desfaz suas ilusões. Ela é a grafia da *bio* feita pela *anima*. A veraz irretocável. Fruto do *sim* e do *não* circunstancial, porém, unânime. Poço dos desejos insondáveis que jamais serão satisfeitos. Àgora das vozes mais rotundas que sempre hão de voltar… e voltar… e voltar, ao soçobro dos amanheceres triviais. Quem não tem memória é tido por ela. Quem não a vasculha, não saboreia. E quem saboreia, morre engasgado!

A solução para o problema humano do passado não é a sujeição absurda à recordação, à lembrança ou ao esquadrinhamento biográfico. É a introspecção e imersão profunda no vazio que somos - separados que estamos do único valor: o verdadeiro Senhor do pretérito em nós.

Agulhas e grilhões

Após milênios o homem atingiu certo apogeu tecnológico e se tornou capaz de imiscuir em toda sorte de assuntos e esferas de ação. Em todas as épocas houveram aqueles que por meio da técnica e suas variáveis obtiveram o mesmo êxito, mas não em escala tão avantajada como hoje. O tipo de tirania que envolve esta fase da ação do homem, somada ao instrumental da técnica que a acompanha, assola os últimos resquícios de liberdade das consciências individuais - sendo apta a suprimi-la por completo em poucas décadas.

A história esfarela-se deixando para trás apenas o pó de uma ideia inimaginável, reproduz-se como história do futuro, esta sim, a história a se considerar. Lança-se ao futuro e conta-o como quem conta fatos passados, invertendo a lógica do tempo e pervertendo a noção geral que nos estabelece na continuidade da percepção do real. Os grilhões estão postos. Então, o controle total da consciência individual advirá na medida em que a noção de história seja remanejada e formatada até o modo futuro. Essa reviravolta se dá lentamente no silêncio a cada fase que se completa, e a completa extinção das consciências, necessita amplamente desta metamorfose que faz com que a história seja futuro e o passado seja especulação.

O passo atual é uma metralhadora de agulhas na direção da consciência individual. E como se isso não bastasse, a história logo adiante nos impõe este compromisso: deixar se levar. Uma farsa universal, hedionda e cruel. Tudo dentro do planejamento. Os grilhões atam o homem tirando de sua consciência o verdadeiro teor da história e seu movimento constante. As agulhas são os álibis necessários para consolidar a Metanoia.

Estamos à beira de um inferno refrescante e seguro, para as consciências apagadas, e um céu amargo e nauseabundo para aqueles que resistem à manipulação da história e do tempo.

O domo de Adão

A história caminha para a perfeita harmonia entre homem e mundo. É suspeito falar em homem neste ínterim quando seria mais justo dizer humanidade, esta nova deusa concebida nas raias da insubordinação final. Nesta esteira, humanidade e mundo se casam e acasalam em virtude de uma empatia quase sexual que vislumbra a plena emancipação. Emancipação de que? podemos nos perguntar. Emancipação daquilo que está para além do fenômeno que batizaremos como o domo de Adão.

O domo de Adão é uma expressão chula para designar o poder de enclausuramento que a divinização da história causa neste ponto da própria história, prendendo o homem moderno nos limites de um universo tacanho e desvinculado do eterno. Não ver além do horizonte documental dos fatos e acontecimentos; do contínuo movimento e da materialidade; da sanha prática e do seu registro em progresso temporal, são as características marcantes de uma diminuição doentia do nosso ser ao redor de um mundanismo desesperante. Essa estrutura, que cobre o sentido da história universal, se tornou a própria história universal - fruto das diabruras de Marx - e prende a animalizada e incauta humanidade no paraíso perdido, no contento arguto do puerilismo mais radical e intraterreno. O próprio Marx cultuou a história como sendo um objeto absoluto para a resolução de todas as contradições inerentes ao homem, erguendo-a sobre suas ciências e possibilidades. Sem perceber, divinizou-a, suspendeu-a no céu, trancafiando filosoficamente e espiritualmente a todos dentro deste pequeno grande domo que comporta seus filhos como um Adão não arrependido e cônscio de seu erro.

Escapar desta inutilização do tempo – enquanto é tempo – marca a reviravolta do homem moderno no ímpeto de resgatar a própria realidade da história de seu fatalismo futurista. Retornar a autoridade do passado enquanto procuramos uma explicação final acima da raia miúda da história temporal é uma maneira de respirar fora do claustro forjado por semelhantes falsos profetas e inspiradores do apocalipse. Ruir o teto medonho que mobiliza os homens doentes a se curvarem aos louros cronológicos é a marca daqueles que percebem, ainda, a descontinuidade do mundo e

a impossibilidade de sintetizar a história independentemente da eternidade. O domo de Adão é esta caricatura historicista e perversa que obstrui o voo perene do homem; é o painel fugaz e senil onde tritura-se toda sua história pessoal que deveria, naturalmente, desaguar no eterno momento; em poucas palavras, é o livro do mundo, em contrapartida ao livro da vida.

Ao longo do lento processo secular de controversa precisão cronológica, a conhecida Idade Média, período comumente relacionado às trevas e a obscuridade, deu lugar a uma nova diretriz civilizacional que, suavemente, foi se tornando próspera e sólida a ponto de eclipsar quase que totalmente a anterior visão de mundo, de arte e, até mesmo, de sabedoria: o Renascimento.

Não existiu um fator central que propiciou as mudanças ocasionadas na passagem de um período ao outro, mas sim, uma rede causal inextricável e de difícil reconstituição (afinal estes períodos são apenas marcas temporais a posteriori utilizadas a título de orientação histórica). Até onde podemos afirmar o fator econômico, concomitantemente ao intercâmbio cultural, ambos colaboraram e muito para a criação da nova mentalidade surgida dentre aqueles que viriam a ser conhecidos como humanistas. O avanço das ações mercantilistas, mediante grandes navegações, possibilitaram tanto o enriquecimento de alguns indivíduos "não nobres" quanto o aumento da circulação e difusão de novos artigos culturais advindos das próprias navegações, pondo a soberania absoluta da nobreza hereditária em dúvida, inclusive. As cidades ganharam um novo poderio econômico enquanto adquiriam novas técnicas e conhecimentos que antes eram desconhecidos. Com isso, abriu-se a possibilidade da formação de uma nova intelectualidade, de uma nova ideia de homem através da promoção do indivíduo que veio a moldar o pensamento ocidental até os dias atuais.

Esta transição fez com que a antiga visão de indivíduo enquanto membro de uma corporação (ou de uma posição social fixa e imutável) se perdesse lentamente, dando lugar a uma antropolatria do sujeito através de uma espécie de ruptura com toda e qualquer forma externa que o "restringisse" ou "moldasse". Logicamente, o alvo principal de tal tese surgida na trama do tempo e dos acontecimentos era a tradicional Igreja Católica, representante máxima daquilo que denominamos antigo regime, o elemento cultural mais presente nas mentalidades. Todos os esforços dos pretensos humanistas se voltavam para o exercício da ruptura sistemática aos valores

expressos pela coletividade católica, muito mais do que pela liberdade tão reclamada por eles ao homem.

O culto à virtu, a crítica à nobreza hereditária, a glória dos grandes personagens, a liberdade de pensamento, etc.; todos esses elementos, meramente pretextais, se aliaram contra este alvo: a Igreja católica. Desta ambição destrutiva (consciente ou inconsciente) que sai a energia que move aquelas excelsas personalidades humanistas do Renascimento. Embora o substrato psicológico cristão ainda permanecesse no âmago destes "homens virtuosos das luzes", o seu grande ideal, na realidade, era pôr-se em liberdade (e opor-se) perante não um juiz divino, mas a uma instituição temporal tomada como antípoda, a Igreja. Todos seus esforços tinham este objetivo.

Após a difusão de seus valores máximos ter se concluído e resultado num abalo crítico às estruturas clericais então existentes, os humanistas acabaram provando através do próprio exemplo que tudo não passou de uma revolta estéril dos grandes gênios contra um inimigo comum. Não havia ali uma verdadeira busca de conhecimento ou de libertação das amarras existenciais, como apregoavam. A prova disso é a onda de melancolia advinda pouco tempo depois que os célebres personagens tomavam o centro da vida intelectual ocidental junto a seu pessimismo niilista inerente. Por que, após a insurreição de ideais tão nobres e elevados, um fruto tão deprimente e miserável brotou de seus ramos? Por que, após os gritos de liberdade e apostasia do homem iluminado predominou o determinismo (como o de influência astrológica e, posteriormente, científica) ante o livre arbítrio tão almejado? Talvez porque a Igreja era mais razoável do que eles pelo simples fato de servir aos homens um “ideal” mais consistente e substancial que não resultou em tão grande desolação intelectual e teleológica.

O destaque de certas personalidades, sim, influenciou na transformação de uma Sociedade de Corpos em uma Sociedade de Indivíduos, porém, não a ponto de tacharmos esse destaque como única força causal. Os fatores que determinaram tais mudanças são muitos e de diversas naturezas, impossibilitando afirmações tão

precisas. A valorização do indivíduo foi o que restou de uma série de eventos confluentes que modificaram o panorama e a cosmovisão de toda uma civilização, tendo como resultado, séculos de perambulação do homem em busca de um sentido da vida (tão claro na antiga Sociedade de Corpos) diante da sombra do pessimismo melancólico herdado dos gênios iluminados (em sua Sociedade de Classes). O dogma único do progresso da humanidade, pelo visto, não foi o suficiente para fornecer aos grandes expoentes do humanismo a dose necessária de virtude humana que seus antecessores obtinham em demasia ao buscarem sua liberdade nos velhos dogmas existentes.

Resta-nos, agora, analisar estreitamente a questão a fim de nos livrarmos dos resquícios negativos que tal conjunto filosófico nos legou e, na medida do possível, buscarmos a compreensão dos valores anteriores que foram se perdendo no espiral do esquecimento.

A morte dos velhos dogmas é o evento que marca o renascer da história crépita.

O pensamento político moderno e seu fundamento "religioso"

Não há como negar a influência da cosmovisão cristã no processo de surgimento do pensamento político moderno, e suas consequencias históricas. No momento em que o elemento laicizante penetrava as sociedades européias, várias contestações em relação ao universo e ao discurso predominantemente religioso começaram a migrar, do plano intelectual, ao plano político.

Isso não impediu que diversos Estados continuassem seus domínios, baseando-se em alguma forma estável de percepção da realidade fornecida pelo imaginário teológico. Até mesmo alguns dos "inimigos ideais" deste imaginário, os humanistas, não escaparam desta tão abrangente concepção universal em seus tratados e teorias. Este é o caso de *Erasmo*, que embora fosse considerado um subversivo dos valores religiosos por suas obras, ainda assim tinha como ponto de referência existencial a psicologia cristã disseminada por séculos de cultura européia.

A grande transformação do elemento político durante o período moderno, ou pelo menos a mais patente, pode-se dizer, advém diretamente de conflitos surgidos na esfera intelectual de caráter teológico. As teses de *Martinho Lutero*, e todo seu furor eloquente, semearam uma série de possibilidades que, após algum tempo, vieram a se atualizar em fatos concretos, principalmente, de natureza política. Tais divergências internas do universo intelectual e teológico se transmutaram em dilemas políticos tão logo suas contendas se espalharam ao domínio público sob a forma de ações muito bem empenhadas.

O debate entre religiosos e humanistas colaborou e muito para o destino da política moderna, mesmo que dentro dos temas discutidos (no âmbito da discussão em si mesma) tal intenção não estivesse presente. Para demonstrar que o fundamento do pensamento político moderno tem como base uma cosmovisão religiosa, temos de entender qual princípio comum norteava o embate entre religiosos (*Lutero*) e humanistas (*Erasmo*), na tentativa de evidenciar como os dois oponentes degladiavam, na verdade, dentro do mesmo núcleo noético.

Lutero defendia a tese de que a vontade humana estava irreversivelmente

ligada ao pecado e que, portanto, não deveria de forma alguma ser digna de atenção por parte dos indivíduos. Pelo contrário, era mister que fosse tratada como elemento perturbador. Tal pensamento contrastava diretamente com a concepção de *Erasmo* que entendia a vontade como uma faculdade positiva que dava aos homens o poder de decidir e escolher os melhores caminhos em busca da salvação. Note que, ambos se alinhavam absolutamente aos moldes do pensamento teológico, na absoluta certeza da existência real de meios de se conquistar a salvação (um princípio comum de caráter teológico – existem meios de se alcançar um bom destino póstumo). Não é preciso dizer que o papel da Igreja dentro deste objetivo ficou a mercê no debate.

A partir dessa discussão, surgiram os meandros que se tornaram a marca principal do rompimento gradativo da cosmovisão religiosa até a consolidação de uma nova concepção de mundo - rompimento este baseado num dilema interno à esfera teológica que produziria, em seguida, efeitos externos a ela. Dilemas de ordem teológica que contribuiram para significativas mudanças sociais e políticas efetuadas paulatinamente, principalmente após o avanço dos meios de publicação editorial que davam vazão às mais variadas formas de discurso não religioso. Daí, foi possível a formação de uma idéia revolucionaria acerca da natureza real da Igreja – um passo teleologicamente fatal. Da vontade e liberdade humana, para a concepção de Igreja, a propulsão do falatório se desenvolve e abrange, inclusive, a esfera política e social.

A Igreja, para *Lutero*, não se identificava com o edifício construído ou pelas normas burocráticas e institucionais de seu funcionamento. Para ele, a Igreja estava no interior de cada indivíduo cristão, e não numa instituição temporal. Era como uma Egrégora, uma "comunidade de fiéis", e não apenas um aparato burocrático de hierarquias rígidas. Com esta maneira de entender a Igreja *Lutero* atacava e demolia ainda mais o poder da ordem social e sacerdotal católica, que sofria com o avanço das próprias teorias humanistas advindas de todos os lados: artes, pinturas, literatura, etc. Os efeitos causados por tão duras disputas no interior da predominante visão de mundo cristã contribuiram para que ao redor desta concepção surgissem outras bem diversas, absolutamente deslocadas do pensamento religioso - e cada vez mais laicas.

Tudo isso, em conjunto, sedimentou-se na mentalidade européia a ponto de transmigrar inevitavelmente para o terreno político.

Tão logo a intelectualidade se debruçou sobre temas conflitantes e, consequentemente, desenvolveu-se em debate (que muitas vezes se transformam em verdadeiros embates), foi concomitante a influência exercida sobre o ambiente em torno. *Lutero* e suas ideologias religiosas que divagavam sobre a vontade e a liberdade humana; *Erasmo* e sua visão libertária do homem dentro de sua relação intrínseca com Deus; permitiram que conjeturas saltassem do plano do mundo "divino" e se estabelecessem no plano do mundo "humano". O imaginário foi se alterando, se abrindo e preenchendo-se de formas estranhas a aquelas então conhecidas. E para deixar tudo ainda mais denso, a imaginação religiosa continuava existindo e determinando estruturas externas a ela que já estavam bastante ligadas à vida cultural e política. Este é o caso das implicações políticas das idéias de *Lutero*.

Não é difícil perceber que, de um debate sobre a natureza da liberdade e vontade humana, passando por uma reformulação do ideal de "Igreja", o tema político iria comparecer ao palanque. *Lutero* cultivava em suas teorias uma espécie de rebeldia perante as autoridades temporais. Receitava a não obediência aos governos ímpios e estimulava o sentimento de pertencimento do indivíduo cristão a um novo tipo de governo - o governo espiritual. Ao mesmo tempo, acreditava que o respeito às autoridades também deveria ser conservado na medida em que Deus era aquele que instituía tal condição. Posições dúbias norteavam a conduta de *Lutero*, já que neste momento, ele estaria emaranhado dentro da malha pública ao se envolver nos assuntos da ordem política mais veementemente. Óbvio que, tais pensamentos, mais adiante, serviriam de inspiração para diversos movimentos de revolta.

A Revolução Camponesa na Alemanha foi um destes movimentos de revolta inflamados pela pregação política luterana. Pelo visto, até o próprio *Lutero* se preocupou com a situação tentando uma intervenção abrupta em vista de acalmar os nervos e diminuir a tensão do conflito, afinal de contas, não queria ser responsabilizado por uma possível sangria e barbárie. Segundo ele, não gostaria que

suas idéias políticas fossem distorcidas por um levante fora de controle (que ele próprio havia causado). Após este episódio, o pregador escreve uma obra onde legitima a autoridade temporal calcada na idéia de que a providência e a vontade divina ordenam os eventos mundanos e, consequentemente, os governantes. Tal obra praticamente "espiritualizou" os príncipes e governantes dando a eles a força necessária para a consolidação de seus próprios poderes – melhor dizendo, pautou e justificou a ação política de muitos deles. Aquele que antes pregou uma dissidência a um poder temporal acabou por se curvar a ele mediante as circunstâncias do momento.

O desenrolar destes eventos, que vão desde as divergências filosóficas sobre potencialidades humanas até os píncaros das condutas políticas e sociais mais adequadas, conduziram a conclusões perigosas e não definitivas, mas que pelo menos, apontaram para horizontes onde a visão concreta do processo se tornou mais ampla e clara. Uma delas é a de que, na realidade, o fundamento de todo o edifício teorético político da modernidade tem como base uma divergência de ordem teológica, que foi se arrastando por séculos até que chegasse a resultados jamais esperados pelos próprios atores em questão. Esta crise da cosmovisão religiosa, e a invasão de uma concepção laica do mundo, originou-se e desenvolveu-se exatamente no interior de si mesma, migrando para fora logo em seguida. Não houve um algoz externo a ela: ela própria gerou seu antípoda.

Neste sentido, todo o pensamento político moderno está fundamentado não em uma mera idéia de laicização ou de distanciamento da visão religiosa, mas sim, na própria concepção religiosa em crise, em crise de cosmovisão, que começou e se estendeu - se estende ainda - ao longo tempo, modulando e determinando o destino político, social e cultural do mundo moderno.

Por essas e outras, o monstro do terrenismo sobrevive dos espólios de seu antigo senhor.

O homem do meio

Existe uma tendência no pensamento moderno em enquadrar o fluxo histórico sob termos peculiares onde, através de uma tríade de elementos – antigo, medievo e moderno -, tratados invariavelmente como pontos de uma linha contínua, impõe-se a tese nefanda de que caminhamos univocamente para uma gloriosa progressão evolutiva da história, consequentemente, da própria espécie humana. Este é um erro crasso de avaliação do percurso histórico e de sua descontinuidade inerente.

Quando encaramos a modernidade como uma das fases ternárias da pseudo evolução histórica do homem, tendemos a sedução reducionista das ideias progressistas que insistem, darwinianamente, em nos iludir ante a falsa norma de sobrevivência dos mais aptos, quando na realidade, se levarmos em conta aquilo que perdemos em vista daquilo que cremos ter ganho, houve, na verdade, uma persistência dos piores. Como Marx, que pretendia com seu discurso escatológico, mas não ilógico, embarcar nesta onda moderna tragando o senso histórico real e regurgitando-o como um bolo alimentar num futuro ideal. Não há tentação mais exígua para os homens que perderam a noção vertical do próprio tempo...

O que queremos dizer aqui com noção vertical do tempo nada mais é do que a simples sugestão de que, se não existe a progressão unitária da história humana em direção a um futuro ideal no tempo, com certeza existe a progressão real da humanidade – tomada em termos de civilização - na direção de um princípio transcendente na eternidade. Esta avaliação vem do fato de que, apenas a civilização do homem do meio resistiu ao vai e vem da decomposição cósmica das próprias civilizações. Aquilo que chamam tão depreciativamente medievo é exatamente o ponto central desta tríade que eleva e sustenta os dois pontos horizontais que, enganosamente, estão colocados pelos progressistas históricos como pontos alfa e ômega de uma linha temporal linear: o antigo e o moderno. Dizer medievo, ou homem do meio, neste sentido, é dizer homem cristão. E é este homem que representa a tal civilização que não se decompôs (pelo menos não seu íntimo), exatamente por conta da promessa de seu fundador, justamente, o princípio

transcendente que atrai a história humana - logo, cada homem em particular - à eternidade.

Nesta perspectiva da noção vertical do tempo, não temos mais uma linha contínua e progressiva da história em direção a um aperfeiçoamento linear – antigo, medievo, moderno -, mas sim, um triangulo equilátero onde o antigo se eleva do horizonte à altura pelo medievo, enquanto o moderno declina desta altura ao terreno do qual o antigo foi resgatado, como num retorno ao baixo. O homem do meio é esta civilização que sustenta do alto, através do contato íntimo com a esfera do ilimitado, a realidade horizontal onde estão depositados antigos e modernos. Enquanto a antiguidade foi assimilada pela graça através da existência do homem do meio, a modernidade – decadência surgida nas entranhas do próprio homem do meio - é rebaixada justamente por rebaixar a tudo conforme sua tendência egofânica, darwiniana e idealística da história.

O documento enquanto objeto sem alma

O historiador convencional absorveu da atmosfera liquida de sua casa de formação a ideia de que todo *documento* é uma espécie de bloco solido à espera de uma dissecação, como um sapo, com suas medidas e limites naturais precisos - talvez, para uma metáfora mais límpida, um pequeno fóssil repleto de DNA adormecido pelas eras e sujeições ambientais. Tal visão coaduna com uma outra ideia, que é a que desejamos levantar neste breve texto, mas que parece ter passado fantasmagoricamente batida pelo olhar destes antes mencionados: todo documento, na verdade, sim, é um bloco inanimado, mas somente enquanto *um objeto sem alma* ainda adormecido, no aguardo de uma fusão propícia com o gênio e criatividade do homem de história.

O homem de história – ou o historiador, como queiram – é aquele semeador de terras férteis. Ele, como um alquimista, busca no vestígio inerme inflamar suas condições iniciais que possam reproduzir um elemento até então apenas possível. Este elemento é, de qualquer maneira, um deposito intelectivo por excelência. É disto que está prenhe todos os reservatórios de ações, pensamentos, volições e implicações da vida espiritual mais profunda - e até pratica – que nos lega o passado. Passado este tão presente quanto o nosso, e tão futuro quanto qualquer outro. O objeto do homem de história é uma espécie de óvulo constantemente fecundo, jamais estéril de significações – sempre referentes a verdade do que realmente foi.

Todo documento é incapaz de per si dizer algo – ele não tem alma. Somente aquilo que é qualificadamente animado pode ter essa disposição e poder, justamente por ser uma faísca da mais alta entidade. E nenhum documento é *entidade*. Passa a participar de uma na medida em que é inserido num processo sutil de *reapreciação*.

A reapreciação do documento é sua fertilização, é o que o faz “falar”. Sem ela, o objeto de transmutação da história é apenas coisa, é apenas o que é – dentro de suas limitações de forma e conteúdo. Jamais o objeto documental, o vestígio, o *dado* podem nos oferecer algo sobre o passado que não seja aquilo que a semeadura do homem é capaz de enxertar. Este procedimento não é, ao que pode parecer, uma

imposição idealista e vaga, ele é uma impregnação de sentido do ponto de vista da massa amorfa em questão: todo documento é um buraco de fechadura que obedece à chave do gênio humano sem dar a este o total arbítrio – pois o que nasce daí deve ser verdadeiro, para *realmente ser*. O processo de conhecimento histórico se dá pela reapreciação daquilo que está defronte à consciência humana como um fantasma no objeto, não quantitativamente limitável, mas em termos de uma qualidade a ser impressa ilimitadamente.

História como senso da totalidade

Toda tentativa de se estabilizar um sentido unitário para os acontecimentos históricos deriva de um senso de totalidade que pressupõe, para além do testemunhado, muitas outras coisas acontecendo e que fazem parte do mesmo emaranhado existencial – embora desconhecidas devido ao escape de sua percepção à testemunha. O senso de totalidade é o que nos permite ver a conjunção entre causa e efeito, bem como a unidade de movimento e desenvolvimento em qualquer aspecto do acontecer. Haja visto que, como já dissemos em outras ocasiões, um acontecimento singular depende da possibilidade viabilizada pela camada substancial do acontecer – *acontecimento* como acidente dentro de uma dimensão substancial (o *acontecer*) -, o que estamos chamando de "senso de totalidade" é justamente a intuição desta possibilidade sempre presente, que não se confunde com os acontecimentos singulares por ser sua condição. Essa percepção não deriva de um raciocínio, mas sim, de uma intelecção sutil, inicialmente bem abaixo de nossa consciência costumeira. E é sobre ela que toda a concepção significativa da história se equilibra e encontra vazão.

Tal caso nos expõe o pensamento sobre a recorrência quase que natural das ideias cíclicas de tempo nos povos da antiguidade. Em praticamente todos os contingentes humanos das famosas eras cosmológicas e míticas este componente, este valor dedutivo se encontra aproximado. Não que simplesmente ignorassem um senso de direcionamento retilíneo a respeito dos eventos, das mudanças ou das situações desencadeadas tanto pela natureza quanto pelo esforço humano, mas, que tal camada de apreensão se apresenta tão automática e sólida em nossa experiencia comum que estes não encontravam meios de suspeição a seu respeito em praticamente qualquer uma das suas expressões intelectivas, seja nos aspectos da vida prática, seja, principalmente, em suas construções de caráter simbólico. A natureza prima por nos contar a vida de forma circular e harmoniosa, e porque não repetirmos a sua forma de dizer as coisas? Porém, mesmo tendo esta feição primeva a nosso alcance, algo mais se apresenta ao olhar profundo quando levantamos a

questão acerca do senso de totalidade. Se tudo começa, gira ciclicamente e se esgota, no fim, em seu próprio princípio, o que há de permanente que permite que este ciclo seja captado na experiencia cotidiana – que também nos apresenta a versão da irreversibilidade de todos os eventos particulares?

O permanente que sustenta a ciclicidade de todas as coisas naturais só pode ser algo que não é *natural*, algo que engendra natureza nas coisas, e natureza que pela circularidade dos próprios fenômenos tende a se concentrar naquela faixa onde sua realização atende sempre a uma meta retilínea: ou à perfeição, ou à corrupção, duas pontas de uma linha determinada de antemão dentro do reino das possibilidades. Temos aí uma horizontalidade radical, cortada por um vértice que sustenta cada coisa dentro de sua faixa de natureza recebida e inalterada, onde tudo gira – mas sempre em um sentido linear. Eis porque os povos antigos encaravam o tempo histórico como um "falso tempo", por sempre se remeter ao princípio pelo fim, a um tempo exclusivamente primordial e qualitativo. A novidade defronte esta visão foi a marcha do povo de Deus em direção à uma promessa futura, a um valor expectante derivado do vértice, e disto, toda a concepção cíclica pode ser não refutada nem superada, mas compreendida enquanto tal: como camada perceptiva dentro de uma região intelectiva onde somente a intuição do acontecer, como presença permanente, prevalece com sua admoestação ao senso de totalidade.

É por isso que a história é o esforço humano mais significativo, dentro de um campo de experiencias naturais e pessoais, pois visa sempre encontrar – ou engendrar – a unidade de sentido entre todos os acontecimentos no plano do acontecer. A história é a representação humana da unidade de todas as coisas sob o ponto de vista do drama universal, da mesma forma que a criação de Deus é a unidade de todas as coisas que permite os incalculáveis dramas serem componentes de um mesmo drama: o drama da participação e recriação humana no plano da criação e atuação divina. Por esta razão não pode existir uma versão fractal da história, já que toda tentativa de estabelecer um símbolo formal para o acontecer é sempre um avanço em direção a pretensões totalizantes, universais, últimas. Mesmo uma história circunscrita a um

pequeno círculo fechado e atomístico é, em si mesma, um núcleo atrator que, como um buraco negro, atrai toda a massa em torno para seu centro de gravidade vetorial.

A história é a versão humana do senso de totalidade que se impõe sobre nós, mesmo que escondido sob as aparências das diversas parcialidades que a compõe e ilustra.

***

Maike Cabral

@maikecgc

maikecabral3@gmail.com